



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 143, SÁBADO, 4 DE SETEMBRO DE 2021



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 107^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 3 DE SETEMBRO DE 2021

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater o Projeto de Lei Complementar nº 235/2019, que <i>institui o Sistema Nacional de Educação</i> , nos termos do Requerimento nº 1796/2021, do Senador Dário Berger e outros Senadores.	7
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Marcelo Castro)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Dário Berger	9
Sr. Daniel Cara, Professor da Universidade de São Paulo (USP) e Dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)	10
Sr. Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)	14
Sr. Lucas Fernandes Hoogerbrugge, Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação	17
Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)	20
Sra. Rozana Barroso, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)	21
Sr. Helber Ricardo Vieira, Secretário Adjunto de Educação Básica do Ministério da Educação	23
Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE)	27
Sr. Osvaldir Ramos, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)	29
Sr. Luiz Fernandes Dourado, Professor Emérito da Universidade Federal de Goiás (UFG)	32



Sr. Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)	36
Senador Izalci Lucas	39
Senador Flávio Arns	40
Senador Jean Paul Prates	41
Senador Izalci Lucas	44
Senador Dário Berger	45
1.3 – ENCERRAMENTO	47

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicação

Da Liderança do PSDB, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Ofício nº 60/2021)	49
--	----

2.1.2 – Despacho

Despacho sobre o deferimento dos Requerimentos nºs 269, 270, 272 e 276/2021-CDIR pelo Presidente.	51
--	----

2.1.3 – Indicação

Nº 57/2021, do Senador Fabiano Contarato, que <i>sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde a criação de serviço de atendimento psicológico especializado às vítimas de acidentes de trânsito e seus familiares no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS)</i>	54
---	----

2.1.4 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2019, que <i>altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais</i>	58
--	----

2.1.5 – Requerimento

Nº 2017/2021, do Senador Flávio Arns, de voto de aplauso e congratulações à associação civil Socorro aos Necessitados.	65
---	----

PARTE III

3 – RESOLUÇÃO



Nº 25/2021 (proveniente do Projeto de Resolução nº 44/2021), que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	68
4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	71
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	72
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	75
7 – LIDERANÇAS	76
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	79
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	85
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	91
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	141



**Ata da 107^a Sessão, de Debates Temáticos,
em 3 de setembro de 2021**

3^a Sessão Legislativa Ordinária de 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Castro.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 3 minutos e encerra-se às 12 horas e 16 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Remota de Debates Temáticos foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota; e em atendimento ao Requerimento nº 1.796, de 2021, do Senador Dário Berger e outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal. A Presidência informa ainda que as apresentações e os arquivos exibidos durante esta sessão remota de debates temáticos ficarão disponibilizados na página do Senado Federal referente à tramitação do requerimento que originou esta sessão.

A sessão é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de debater o PLP 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação: Sr. Helber Ricardo Vieira, Secretário Adjunto de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); Sr. Osvaldir Ramos, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); Sra. Rozana Barroso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); Sr. Daniel Cara, professor da Universidade de São Paulo (USP) e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); Sr. Lucas Fernandes, Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação; Sr. Luiz Fernandes Dourado, professor emérito da Universidade Federal de Goiás (UFG); e Sr. Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos no andamento da sessão: será inicialmente dada a palavra aos convidados, por dez minutos; após, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador de cinco minutos para suas perguntas; os convidados disporão de três minutos para responder à totalidade das questões do bloco; os Senadores terão dois minutos para a réplica.

As inscrições dos Senadores presentes remotamente serão feitas através do sistema remoto.

As mãos serão abaixadas no sistema remoto, e neste momento serão abertas as inscrições.

Eu queria dar o meu bom dia a todos os presentes, às Sras. e Srs. Senadores, aos convidados. E vou fazer aqui um pequeno pronunciamento para situar o nosso problema.

Em boa hora nos debruçamos sobre o Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, que visa a instituir o Sistema Nacional de Educação. Meus cumprimentos aos nobres Senadores Flávio Arns, autor da proposta, e Dário Berger, seu Relator, por esta sessão de debates temáticos e por todo o trabalho que vem fazendo com o intuito de articular com as partes interessadas na construção desta importante Política Pública. Essa matéria, além de ir ao encontro do que preconiza a Constituição, ainda revela profunda sensibilidade e enorme senso de oportunidade, haja vista os crônicos problemas da educação pública brasileira e os inéditos e desafiadores obstáculos impostos pela pandemia de covid-19. Em face da Emenda Constitucional nº 108, que tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb), a implementação de um Sistema Nacional de Educação passou a ser vista como o próximo, necessário e urgente passo. O efeito de um modelo que faça bom uso dos recursos e catalise o processo de aprimoramento dos nossos estudantes e de tudo aquilo que os rodeia é, portanto, inexorável. E eu creio que tal missão possa e deva se assentar sobre o PLP 235, de 2019.



Os muitos acertos do projeto começam a aparecer já nas suas Disposições Preliminares. Nelas, esclarece-se que a integração dos sistemas de ensino dos entes federados será norteada por um caráter colaborativo e de complementariedade. Tal determinação assegura a harmonização das diversas políticas, programas e ações, permitindo que importantes diretrizes universais sejam exaradas e aplicadas, ainda que precisem ser moduladas de acordo com as múltiplas e variadas realidades regionais do País.

Ainda nesse primeiro capítulo, um outro eixo que merece destaque diz respeito à articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Tal preocupação é extremamente meritória, especialmente em um contexto no qual os jovens padecem com taxas de desemprego que, em sua faixa etária, beiram os 30%, segundo o IBGE; e com o esgarçamento do tecido social decorrente das crises econômica e sanitária.

Nessa mesma linha de pensamento, cumpre mencionar o intuito do texto em conciliar a educação com o uso de novas tecnologias. Há, no horizonte, uma leva de novos meios e modos que tendem a mudar a vida em sociedade, como um todo, e os processos de apreensão do conhecimento, em particular.

Destaco ainda o peso conferido ao planejamento de longo prazo. Isso fica patente na orientação para que Estados, Distrito Federal e Municípios confeccionem planos decenais de educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

O Capítulo II, por seu turno, cuida de delimitar as atribuições de cada um dos entes federados. Quanto à União, por exemplo, ele consigna as funções normativa, redistributiva e supletiva. Complementarmente, estatui que o Governo Federal deve coordenar o SNE (Sistema Nacional de Educação), avaliar o próprio sistema, prestar assistência técnica, articular os diferentes níveis de ensino e estimular a cooperação de todas as esferas.

Os Estados são cumulados com as funções redistributiva e supletiva. Além disso, eles deverão coordenar os sistemas estaduais; assistir, técnica e financeiramente, os Municípios; buscar a cooperação horizontal junto aos seus sucedâneos; e estimular que as cidades façam o mesmo.

Toca aos Municípios, por sua vez, a função redistributiva. Em outras frentes, esses entes também terão que coordenar, regular e avaliar os próprios sistemas, monitorar e avaliar os Planos Municipais de Educação e buscar a cooperação horizontal com seus pares.

Srs. e Srs. Senadores, restando claras as atribuições de cada ator, cumpre esmiuçar o escopo do autor da proposta, Senador Flávio Arns, no que tange às funções redistributiva e supletiva. Nesse tocante, a leitura do *caput* do art. 8º é fundamental. Ela evidencia que a razão pela qual tais incumbências obtiveram tamanho relevo, no texto, reside na necessidade de democratizar as oportunidades educacionais e garantir a equidade e o padrão nacional de qualidade da educação.

Há de se perceber que o fito, aqui, é o de diminuir desigualdades, tanto do ponto de vista material quanto técnico. Dessa maneira, União e Estados devem redistribuir recursos financeiros com vistas a promover uma equalização no padrão educacional das mais distintas regiões e comunidades. Sob a mesma lógica, os Municípios precisam robustecer, dentro do seu rol, escolas que não apresentem resultados satisfatórios.

Srs. e Srs. Senadores, como se pode perceber, até esta altura, o PLP 235, de 2019, versou sobre princípios e normas de conduta. Nos capítulos subsequentes, no entanto, o foco recai sobre o desenho das estruturas albergadas no SNE e o seu funcionamento cotidiano.

À guisa de exemplo, cito dois trechos do art. 13. No primeiro deles, diz-se que os órgãos normativos e deliberativos dos sistemas de ensino são os Conselhos de Educação, instituídos por lei específica de cada ente. O outro dispositivo determina que os Fóruns de Educação sejam os órgãos consultivos, de proposição, planejamento, mobilização e articulação dos sistemas de ensino.

Mais à frente, o texto estabelece os propósitos e parâmetros das avaliações dos sistemas de ensino. Nesse aspecto, fica nítida a preocupação com a sistematização dos dados, com vistas a identificar falhas,



exaltar experiências bem-sucedidas e orientar a criação e a revisão de políticas públicas educacionais.

No que tange à formulação dos planos de educação, a propositura reforça a necessidade de que o Estado se desincumba dessa missão em parceria com a comunidade educacional e a sociedade civil. Além disso, estabelece a dinâmica da confecção dessas peças, determinando, entre outras balizas, que o Poder Executivo encaminhe, até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência de cada PNE, o projeto de lei referente ao plano que vigorará no decênio subsequente.

Por fim, adentra-se a seara do financiamento da educação. Em que pese o já mencionado avanço decorrente da perenização do Fundeb, a vastidão de desafios do setor nos impõe uma irresoluta busca por dinheiro. Dessa forma, o Capítulo VII trata de elencar outras fontes de recursos, tais como as receitas oriundas de impostos dos entes, de transferências obrigatórias, de incentivos fiscais, do salário-educação, de royalties sobre a exploração de recursos naturais, do fundo social decorrente da exploração de petróleo e congêneres e de recursos destinados à compensação por desonerações tributárias.

Senhoras e Senhores Senadores, a proposta que avaliamos neste momento é abrangente, plural e justa. E é, para além de um aprimoramento legal, uma exortação ao diálogo, à concertação de esforços e à própria forma federativa de organização do Estado.

Por isso, é obrigação desta Casa, dos demais poderes públicos e da sociedade civil organizada, tão bem representados pelos expositores que nos prestigiam nessas sessões de debates, concatenar esforços para aperfeiçoar a ideia e entregar uma lei útil e eficaz. Assim, desejo que a centelha que ora acendemos se transforme em chama permanente, a arder em defesa de um Sistema Nacional de Educação que permita aos brasileiros o cultivo e o exercício pleno de todas as suas potencialidades.

Que tenhamos um dia produtivo

Muitíssimo obrigado!

Vou passar a palavra, então, ao autor do requerimento, Senador Dário Berger, com muito prazer, para que ele faça o seu pronunciamento.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discursar.) –

Sr. Presidente, prezado amigo, correligionário, Senador e ex-Ministro Marcelo Castro, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores convidados, eu quero inicialmente cumprimentar o Senador Flávio Arns, autor do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação. Quero cumprimentar também o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que nos honra ao presidir esta importante sessão de debates temáticos, Comissão esta que tive o prazer e a honra de presidir também. Quero também cumprimentar e agradecer a presença de todos os nossos convidados de hoje, que, com certeza, trarão ao relevo ainda mais elevado de um tema tão importante para o Brasil e que, certamente, engrandecerão a nossa sessão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, em toda a minha carreira política sempre tive a convicção de que a educação precisa ser prioridade a qualquer tempo. Hoje é um daqueles dias que ficarão marcados na história do Senado Federal, sobretudo na história da educação brasileira.

Quando assumi, em 2019, a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, tive como meta a discussão e aprovação de dois temas importantes e fundamentais para o Brasil: o novo Fundeb e o Sistema Nacional de Educação. O primeiro, graças ao empenho deste Senado Federal, conseguimos aprovar quase com a unanimidade dos nossos parceiros e dos nossos pares. Agora precisamos avançar ainda mais. É preciso que tenhamos uma união de esforços para tirar do papel a maior política educacional da nossa história: o SNE (Sistema Nacional de Educação).

Já temos sistemas unificados de saúde, como o SUS, por exemplo, na segurança pública temos a SUSP, na assistência social temos o SUAS e precisamos de um sistema nacional para a educação brasileira. Já passou da hora de termos um Sistema Nacional de Educação que unifique as nossas políticas públicas,



gerenciadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

A aprovação deste projeto será o novo marco na gestão educacional e cumprirá uma das metas fundamentais do Plano Nacional de Educação.

Na minha vida, sempre prezei pelo diálogo, pelo bom senso, pela convergência e pelo entendimento. Sendo assim, estamos na terceira versão do nosso relatório, construído após mais de 50 reuniões que tivemos com as mais diversas entidades, associações e especialistas em educação. Além disso, para a construção do texto, levei em consideração todo o acúmulo de debates que este Parlamento já produziu e absorvi pontos importantes dos textos elaborados pela Deputada Dorinha, pela Deputada Rosa Neide e pelo Deputado Idilvan Alencar, da Câmara dos Deputados.

A ideia desta sessão, senhores convidados, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, é ouvir os nossos convidados para que eu, como Relator, possa incluir, na medida do necessário e do possível, as contribuições ao novo texto do Sistema Nacional de Educação. Quero deixar muito claro que esta sessão de debates temáticos terá um papel fundamental na elaboração da nossa última versão do relatório, que será finalizada nas próximas semanas. A partir de então, passaremos a uma nova fase, que é a de pautar o projeto no Plenário do Senado Federal, cientes de que estaremos dando uma grande contribuição, um grande passo rumo à educação organizada e de qualidade que tanto precisamos no Brasil. Sintam-se parte da elaboração desta lei tão importante para o Brasil e que já era esperada desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito em 1932. É com muito empenho, trabalho e diálogo que entregaremos um instrumento para uma educação de qualidade para o nosso País.

Sem dúvida nenhuma, o futuro de uma educação depende da importância e da prioridade que destinamos a ela no presente. A educação deve ser mais do que uma prioridade, deve ser uma necessidade. Uma nação só se desenvolve com educação. A educação é o maior patrimônio que um ser humano pode ter. Vamos construir um novo Sistema Nacional de Educação ou um Sistema Nacional de Educação novo.

A aprovação desse projeto de lei complementar, de autoria do prezado, distinto e querido amigo Flávio Arns, que deu uma colaboração extraordinária no Senado Federal para a aprovação do Fundeb, cuja responsabilidade recaiu sobre ele, a relatoria do projeto, que, como eu falei, foi aprovado praticamente pela unanimidade dos Srs. Senadores que compõem esta legislatura, representará certamente uma vitória do entendimento, uma vitória do diálogo, uma vitória dos professores, uma vitória dos mais de 40 milhões de estudantes brasileiros, uma vitória da educação do Brasil, uma vitória do Brasil e uma vitória de todos nós.

Era isso, Sr. Presidente.

Um grande abraço a todos, boa reunião, boa sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo e parabenizando V. Exa. pelo conciso, preciso e profundo posicionamento, vamos dar início, então, à palavra aos nossos convidados.

Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Sr. Daniel Cara, professor da Universidade de São Paulo (USP) e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), por dez minutos.

Com a palavra o Sr. Daniel Cara.

O SR. DANIEL CARA (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro. Cumprimento também o Senador Dário Berger, que tem feito um trabalho importantíssimo de relatoria dessa matéria, tem colaborado muito com a luta pelo direito à educação junto ao Senado Federal e tem feito um trabalho decisivo. Também queria cumprimentar o meu amigo Senador Flávio Arns, que também tem sido fundamental na constituição do direito à educação, no fortalecimento do direito à educação. Eu queria também agradecer ao Yuri dos Santos, que é do gabinete do Senador Dário Berger, com quem



a gente tem trabalhado muito, Senador, de maneira muito próxima. Ele tem feito um trabalho muito perfeito, muito correto e de articulação. E também queria agradecer à Helena Rodrigues, que é da equipe da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e tem também colaborado, decisivamente, de maneira técnica, com o que nós debatemos aqui.

Senador Marcelo Castro, eu trouxe uma apresentação, mas não sei de que maneira eu consigo transmiti-la aqui para o conjunto dos participantes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Olha, já está no ponto. Você já pode compartilhar, Daniel.

O SR. DANIEL CARA – Posso compartilhar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode sim.

O SR. DANIEL CARA – Peço só que, por conta dessa questão técnica aqui...

Vocês já conseguem ver a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Conseguimos.

O SR. DANIEL CARA – Maravilha!

Bom, em primeiro lugar, quero dizer que o Senado Federal mais uma vez e, até sendo bastante franco, de maneira muito incisiva tem colaborado com a questão do direito à educação e tem conseguido fazer avançar a agenda dentro do Congresso Nacional.

Eu trouxe uma apresentação para falar sobre o Sistema Nacional de Educação, dando continuidade à fala do Senador Dário Berger e retomando, Senador Dário Berger, o grande pensador sobre a questão do Sistema Nacional de Educação, que é o grande Anísio Teixeira, junto com Paulo Freire e Florestan Fernandes, os três maiores lutadores pelo direito à educação – também é importante reconhecer o Senador Darcy Ribeiro, que fez um trabalho fundamental de defesa do direito à educação durante toda a sua trajetória e foi Relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Anísio Teixeira, quando propunha a questão do Sistema Nacional de Educação, tinha quatro pilares, que são bastante desenvolvidos no livro *Educação é um Direito*, que eu considero que são pilares que precisam ser complementados no seu relatório, e certamente o senhor vai concordar que são pilares que a gente não pode, de forma alguma, deixar de incluir no relatório do Sistema Nacional de Educação.

O primeiro aspecto que o Anísio Teixeira trazia com muita precisão é que o Sistema Nacional de Educação tem que estar pautado efetivamente na valorização da unidade escolar. O Anísio Teixeira tinha convicção absoluta e correta de que a unidade básica do direito à educação, a máquina da democracia e da justiça social é a escola pública. Então, o Sistema Nacional de Educação tem que efetivamente ser estruturado a partir da escola pública. O segundo aspecto – e aí quero mandar um abraço para o meu amigo Heleno Araújo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – é a valorização dos profissionais da educação. O Sistema Nacional de Educação tem que colocar essa agenda como agenda fundamental para a constituição de um sistema que de fato garanta o direito à educação. Toda a experiência internacional, a literatura mais consagrada da área da educação mostra que nada é mais decisivo do que a valorização dos profissionais da educação para a garantia da qualidade da educação.

Terceiro ponto, e aí eu quero parabenizar o Senado Federal, que aprovou por unanimidade o Fundeb... Na Câmara dos Deputados, o processo foi muito mais difícil, e depois, na regulamentação da matéria, o Senado Federal, de maneira inequívoca, também por unanimidade, aprovou o princípio do dinheiro público para a escola pública no ensino fundamental e no ensino médio, enfrentando inclusive uma disposição em contrário do Governo Federal, do Governo Jair Messias Bolsonaro. Então o Senado Federal deu uma contribuição que faz jus ao trabalho do Anísio Teixeira, do Florestan Fernandes, que lutaram pela



campanha em defesa da escola pública e que fizeram isso de maneira impressionante.

E o terceiro ponto, e esse terceiro ponto já está integralizado na Constituição, no Fundeb, é o conceito de custo aluno-ano, que deve ter a participação dos três níveis administrativos do poder público, pautados no financiamento adequado da unidade escolar.

E por último, a integração da unidade escolar pública com a sociedade, mediante a gestão democrática.

Então esses quatro aspectos, Senador Dário Berger, eu creio que precisam ser mais bem enfatizados no seu relatório, e certamente isso vai acontecer durante a construção das próximas versões. E, também, no sentido de levar a matéria a Plenário.

Nesse sentido, eu vou passar aqui, eu fiz uma longa trajetória. Depois vai ficar disponibilizada essa apresentação. Nesse sentido, é importante dizer, Senador Dário Berger, que um aspecto que precisa constar efetivamente no seu relatório e que deve ir além daquilo que está posto no texto é a questão do padrão mínimo de qualidade, que é afirmado agora, graças ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, na Constituição da República Federativa do Brasil, no §7º do Art. 211, que determina que o padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º do Art. 211 deverá considerar as condições adequadas de oferta e deve ter como referência o custo aluno-qualidade.

Isso deve ser pactuado em regime de colaboração, na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do Art. 23 da Constituição. Esse parágrafo, incluído pela Emenda 108, que é o tema inclusive da nossa audiência pública, praticamente amarra a questão do Sistema Nacional de Educação em relação à qualidade da escola pública, à qualidade da oferta da escola pública. Isso é necessário.

Eu trouxe aqui os dados mais atualizados recolhidos junto ao Inep. Isso é necessário por um motivo bastante concreto, Senador. Aqui eu trouxe uma apresentação que fala sobre as condições desiguais de oferta na aprendizagem, sobre as dificuldades de aprendizagem, mas eu quero chamar a atenção para alguns elementos que são centrais aqui na nossa audiência pública e no nosso trabalho junto ao Senado Federal. Esse é um trabalho pautado no *Censo da Educação Básica*, do Inep, e a elaboração é minha. Esses são os dados mais atualizados a que eu tive acesso. E para mostrar para o senhor, Senador Dário Berger, e para os demais Senadores que efetivamente o primeiro princípio da educação nacional, inscrito no art. 206 da Constituição Federal, no primeiro inciso do art. 206, que são as condições adequadas para o acesso e a permanência na escola. Esse princípio não está sendo observado na República Federativa do Brasil. Isso não é novidade, mas o Sistema Nacional de Educação tem que resolver esse problema. Eu creio que isso significa dizer quais são os insumos que não podem deixar de constar no Sistema Nacional de Educação, ou seja, aquilo que não se pode deixar de ter dentro de cada escola pública brasileira. Então, é importante dizer que, em relação aos equipamentos de suporte, pelo índice socioeconômico – sendo que o grupo 1 é um índice socioeconômico, é o da população mais vulnerável e o grupo 6 é o da população com maior renda –, o senhor vai perceber que o acesso a computador, o acesso à copiadora e o acesso à copiadora e impressora é desigual nas escolas públicas e privadas brasileiras. Ou seja, a população de maior renda, que já tem esses equipamentos, inclusive dentro da sua casa, muitas vezes, acaba tendo também na escola. A população de menor renda não consegue ter acesso a esses equipamentos.

O senhor vai observar aqui, quando se fala de estrutura de alimentação escolar, que o grupo de menor renda.... Graças ao nosso trabalho, à luta pelo salário-educação, e até ao senhor que, como Governador de Estado, trabalhou fortemente nesse tema de distribuição de alimentação escolar, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que foi desenvolvido entre os anos de 2006 e 2012 mais fortemente, o senhor vai perceber que, em relação à alimentação escolar, o grupo de menor renda tem acesso à alimentação escolar. Porém, quando a gente observa o acesso a refeitório, isso não é observado em relação aos alunos de menor renda, ou seja, os alunos de menor renda recebem uma marmita, mas não têm espaço para comer. A escola pública que é ofertada para alunos de menor renda, não é uma escola pública adequada. Se a gente



for analisar os elementos centrais para a garantia do direito à educação (a sala de atendimento educacional especializado, a sala de biblioteca, a sala de leitura), também é desigual a distribuição. Do laboratório de ciência é extremamente desigual a distribuição, do laboratório de informática, da quadra esportiva. Os alunos de maior renda, que são do grupo 6, acabam tendo uma escola que oferta mais insumos e dá mais condições para os profissionais da educação trabalharem.

Nesse sentido, Senador Dário Berger, as duas considerações finais – é que estou sendo objetivo para poder colaborar com a confecção do seu relatório –, as duas mensagens fundamentais que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e toda a minha pesquisa na Universidade de São Paulo, toda a minha trajetória de luta, também, pelo direito à educação, afirmam como sendo necessárias, estão pautadas nesses dois tópicos: a escola deve ser unidade básica do Sistema Nacional de Educação e isso tem que estar colocado de maneira concreta dentro do relatório, assim como defendia Anísio Teixeira, e a União deve cumprir com suas obrigações constitucionais. O que significa, efetivamente, dar as condições para a realização do Custo Aluno-Qualidade, que não pode ser da maneira como o Governo Federal apresentou na Portaria 338, bastante recente, que vai determinar o número mágico de custo aluno/ano sem nenhuma base orçamentária e também não consegue determinar aquilo que tem que ter em cada escola.

Para finalizar, o que tem que ter em cada escola segundo o Custo Aluno-Qualidade? Aqui faço uma menção muito especial ao Professor José Marcelino de Rezende Pinto, que é o grande colaborar da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na construção do Custo Aluno-Qualidade. Toda escola pública tem que ter profissionais da educação com piso, com política de carreira. Toda escola pública tem que ter número adequado de alunos por turma e toda escola pública tem que ter biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra poliesportiva coberta, internet banda larga, alimentação nutritiva, transporte escolar digno, saneamento básico e água potável. Agora, a gente viu, até por dados do fundo das Nações Unidas para a criança e para o adolescente, que 40% das escolas públicas brasileiras não têm água potável para o enfrentamento da higienização decorrente da pandemia. Então, o que eu peço concretamente para o senhor é que o senhor faça uma abertura de diálogo conosco, com o Governo Federal e com outros agentes da sociedade civil para que a gente construa um relatório que coloque como unidade básica do direito à educação – porque o cidadão não quer saber se a escola é municipal, estadual ou federal – uma escola de qualidade – que é o que ele quer –, e que esse elemento, o Custo Aluno-Qualidade e a escola de qualidade, seja uma realidade para todo o País. Então, muito obrigado pela oportunidade de fazer essa apresentação. Quero dizer que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação está à disposição do senhor e dos demais Senadores, para construir, em conjunto com vocês, essa proposição, fazendo análise das contas públicas, das possibilidades. A gente não pode deixar de garantir que a escola pública seja de qualidade e a grande oportunidade que nós temos é em relação ao Sistema Nacional de Educação.

Muito obrigado.

Foi um prazer, mais uma vez, falar junto ao Senado Federal, que tem feito um papel importantíssimo de defesa da República neste momento complexo e dramático que nós vivemos no País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a apresentação do Sr. Daniel Cara, que o fez com o brilhantismo de sempre, e pedimos aos próximos palestrantes que procurem se cingir aí aos dez minutos, por obséquio, porque nós temos muitos para ouvir hoje, nesta manhã.

O Senador Izalci está com a mão levantada. É para falar depois das apresentações, não é isso, Senador? (Pausa.)

O.k. Estamos entendidos.

Concedo, então, a palavra ao Sr. Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), por dez minutos.



Tem a palavra

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e a todas.

É um grande prazer podermos estar aqui novamente, no Senado, para trazer essa contribuição da Undime, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais. Nós somos uma associação, nós estamos em defesa da educação de qualidade e buscando sempre instrumentalizar os nossos secretários municipais, os dirigentes municipais por esse País afora, para que nós possamos garantir educação de qualidade.

A ideia é que nós não tenhamos Municípios distantes, mas que nós possamos garantir que cada dirigente municipal, em cada lugar deste País, tenha a voz e vez, consiga, realmente, ser ouvido e que essas demandas se transformem em demandas articuladas para que nós possamos discutir, negociar, propor, garantir que essas vozes sejam sempre ouvidas.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Marcelo Castro – já estivemos juntos em outras audiências –, o Senador Flávio Arns – por cujo trabalho nós temos um apreço muito grande –, o Senador Dário Berger.

Nas pessoas deles, cumprimento todos os Senadores e cumprimento todos os colegas que estão apresentando.

Quero dizer que é uma satisfação para a Undime estar aqui para falar de um tema tão importante. Para nós, o Sistema Nacional de Educação é muito caro, porque quem está na ponta, quem está lá embaixo vive todos os dias a necessidade, essa necessidade histórica, já manifestada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, um desejo de uma articulação nacional, da redução ou inexistência da sobreposição de funções, para que nós possamos trabalhar com eficiência e possamos fazer com que haja uma educação que nós sonhamos para este País.

Eu gostaria que colocasse, por favor, a apresentação. Acho que é daí que se vai projetar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Olha, você não mandou aqui para a Secretaria. (*Pausa.*)

Está liberado para você compartilhar.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA – Ah, é?

Deixe-me ver como é que está isso aqui então.

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tem que ser daí.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA – Está bom.

Dá para ver aí?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Dá tranquilamente. Está aparecendo para nós aqui.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA – Está bom.

Então, a nossa instituição, todos conhecem, é a Undime. Nós temos como missão essa articulação, mobilização e integração dos dirigentes municipais, como eu falei, e nós sempre buscamos ser essa referência nos processos educacionais, garantindo essa contribuição sempre possível, sempre necessária, para que nós possamos melhorar a educação deste País.

Nós acreditamos nessa educação que é um direito de todos, exercício da cidadania, dever da família, dever do Estado, sobretudo, e que tem que acontecer em todos os níveis de forma articulada, tem que acontecer para que nós possamos garantir que o menino que está lá na ponta, que está lá na escola, nos lugares mais distantes deste País, tenha educação de qualidade.

Nós participamos, os Municípios participam com 48% de todas as matrículas na educação básica deste País, o que demonstra a necessidade de voz desses 5.568 Municípios. A dependência administrativa é



60% municipal, e isso faz com que nós vejamos não só interessados, mas que nós tenhamos que participar, que os Municípios tenham que participar, porque todas as decisões que serão tomadas, todas as construções que forem feitas impactarão diretamente lá na ponta, nos Municípios, na consecução das políticas públicas.

Isso também é uma outra coisa que é muito importante. Existe um mau costume, que já é caracterizado no País, a gente tem exercitado isso de forma inadequada pela ausência de um Sistema Nacional de Educação, que é essa individualização das redes. A gente não está falando de autonomia; a gente está falando de redes que trabalham de forma muito individualizada, e isso faz com que nós não tenhamos a articulação necessária para a garantia da educação de qualidade no País.

Um exemplo que a gente pode trazer disso é o processo de implementação da BNCC, que, se a gente tivesse já uma identidade, um sistema nacional articulado, teria sido muito mais fácil o que, de fato, tem sido extremamente difícil para todos. Nós temos realizado um esforço muito grande para que nós possamos implementar a BNCC.

E é muito importante ressaltar que, com o Sistema Nacional de Educação, nós temos uma capacidade, uma possibilidade de definir melhor esses parâmetros de qualidade que nós perseguimos. Isso é muito importante para nós e é também muito importante que essas instâncias estejam garantidas para que os processos de negociação, para que o verdadeiro regime de colaboração aconteça.

Hoje, nós temos um regime de colaboração que acontece, nós fazemos isso hoje junto com Estados e com o próprio Governo Federal. Esse regime de colaboração não é uníssono no País, ele não tem o mesmo nível, ele não é equitativo. Alguns sistemas conseguem fazer isso de forma muito mais eficiente, outros estão muito atrasados nesse sentido, e a gente acredita que com uma articulação muito maior a gente conseguiria resolver também mais esse dos grandes problemas que nós temos para o avanço da educação no País.

Nós convivemos também – uma coisa que é importante ressaltar – com uma série de reformas e políticas historicamente desarticuladas; vendo, muitas vezes, o ministério muito mais como observador, muito mais reativa a política do que prospectiva, e para nós é importante que haja essa modificação para que haja uma coordenação nacional, para que nós tenhamos políticas claras que saiam de trás das mesas, que se capilarizem, que cheguem até os Municípios, que cheguem até as escolas e que essas políticas públicas possam ser elaboradas, possam ser editadas, possam ser acompanhadas, fiscalizadas, avaliadas e que cada uma dessas avaliações possa retornar como subsídio, como dados para que nós possamos melhorar as políticas públicas.

Esse processo de políticas isoladas, de reformas isoladas, também é um reflexo da falta de uma organização no sistema e, por mais que haja um esforço individual dos entes e de todos os atores envolvidos, urge que nós tenhamos uma organização, isso também é uma coisa que a Undime tem defendido e quer colocar também aqui para todos hoje.

Nós listamos aqui os desafios que nós temos percebido, principalmente, nas nossas discussões. Na Undime, desde o início da pandemia... Nós fazemos reuniões regulares, mas, no início da Pandemia, nós criamos um processo que a gente chama de gestão ampliada, onde todos os presidentes de todas as seccionais, mais a diretoria, mais os presidentes regionais, nós todos nos reunimos uma vez por semana para que nós possamos verificar como está acontecendo nos Estados e Municípios, como é que está sendo a articulação lá na ponta, as dificuldades e temos envidado pesquisas. Nós já estamos na quinta onda de pesquisas que tem tratado das dificuldades dos Municípios, dessas discussões importantes não só para a superação dessa crise pandêmica, mas também das discussões que a gente tinha antes da própria pandemia.

Então, a discussão e aprovação do Sistema Nacional de Educação é um desafio que nós estamos listando; o cumprimento das metas e estratégias dos planos decenais, e aí a gente tem que ressaltar que os Planos Nacionais de Educação têm ajudado, auxiliado muito no processo de articulação, mas eles acabam



sofrendo as consequências dessa dificuldade de organização. O que a gente percebeu agora, por exemplo, com o Programa de Ações Articuladas, o novo ciclo do MEC, haja vista que foi feito um bom programa, um bom sistema de trabalho, mas se percebeu que, em vários lugares do País, o planejamento próprio das secretarias era diferente do planejamento do plano de governo, que era diferente do seu plano estadual ou municipal, que era diferente do plano de ações articuladas. Então, isso também é reflexo dessa dificuldade de organização que nós experimentamos no País.

A implementação do Fundeb como política total e do dia a dia; a implementação da Lei 14.172, que é a do acesso à internet; a discussão sobre o retorno seguro às aulas... (Pausa.)

Aqui também são as defesas que a Undime tem feito, no sentido de que essas propostas devem tramitar de maneira conjunta, na Câmara e no Senado. Assim como foi o Fundeb, elas devem considerar outras legislações que estão em pauta, como o CAC, a cooperação federativa, as regulamentações, de um modo geral, do Fundeb; garantir o protagonismo das Comissões e instâncias interfederativas nos processos decisórios; explicitar o conceito, objetivos, os princípios e diretrizes, a fim de que não reste dúvida do que se espera dessa colaboração, dessa não sobreposição de papéis; garantir a institucionalização dos processos de planejamento, gestão e tomada de decisão, como eu tinha alertado, agora há pouco, acerca do planejamento nacional no Programa de Ações Articuladas; nortear as ações a serem planejadas e desenvolvidas a partir dos planos decenais, que também é talvez um dos grandes desafios – estamos vivendo um momento em que estamos tentando cumprir as metas dos planos decenais, mas não conseguimos colocar em prática todos os mecanismos necessários o suficiente para que possamos cumprir essas metas; estamos vendo o plano terminar e estamos com dificuldade de fazer esse cumprimento das metas –; estimular a transparência e o controle social; detalhar as atribuições de composições de todas as instâncias que compõem o SNE – e isso é muito importante, eis que esses papéis, principalmente do controle social, estejam bem definidos, para que nós possamos ter um pacto federativo que seja muito mais adequado, no sentido nacional –; garantir, em todas as instâncias, a presença de representantes dos gestores municipais e estaduais, assim como nos conselhos estaduais, nos municipais e em todas as entidades que congregam essa esfera; orientar a articulação entre os Conselhos Nacional, Federal, Estaduais e Municipais da Educação – nós vivemos essa dificuldade tanto na implementação da BNCC quanto agora, durante o manejo da pandemia; nós percebemos essa dificuldade, percebemos a necessidade dessa articulação –; estimular e criar as funções...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Para concluir, Sr. Marcelo Ferreira, por favor.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA – Só terminando. É só mais este.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA – ... diferenciar o que é responsabilidade da rede de ensino e o que é sistema; especificar os recursos que integram o financiamento; e propor regulamentação de demais processos por meio de normas operacionais básicas.

É importante, então, que essa articulação aconteça. Essa é a defesa da Undime. Nós nos colocamos à disposição, não só hoje, como sempre, para as discussões, e para trazer a voz de todos os Municípios deste País. Os Municípios têm ativamente instado a Undime não só com as suas dúvidas, não só com as suas inseguranças, mas também com todas as experiências que foram realizadas neste País durante a pandemia. Portanto, a Undime tem uma gama de experiências e de dados que podem ser disponibilizados para o Senado, podem ser disponibilizados para quem precisar desses dados.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a participação do Sr. Marcelo Ferreira Costa e concedemos a palavra ao próximo orador, Sr.



Lucas Fernandes, Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação, por dez minutos.

O SR. LUCAS FERNANDES HOOGERBRUGGE (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro.

Gostaria de cumprimentar todos os Senadores que nos assistem e os colegas de Mesa. É um grande prazer estar aqui com vocês.

Queria cumprimentar especialmente o Senador Dário Berger e o Senador Flávio Arns, que têm trabalhado nessa matéria há muito tempo, mas também o Senador Izalci, o Senador Confúcio, enfim, todo mundo que tem lutado pela educação, pela educação pública, há um bom tempo, e que tem feito um ótimo trabalho no Senado, na sociedade civil e nos Governos.

Acho que a introdução do Senador Dário Berger já foi muito importante para dar um panorama geral do Sistema Nacional de Educação, que eu iria explicar um pouco, mas eu queria reforçar alguns pontos, especialmente para dizer que eu acho que a gente está no caminho correto, Senador.

O Yuri, do seu gabinete, tem feito um trabalho excelente. Quero parabenizá-lo pela montagem da equipe, que tem feito um trabalho de diálogo, de consulta, de escuta, muito importante, de articulação com os outros mandatos, com os outros gabinetes e Senadores.

E a gente discute, na prática, o Sistema Nacional de Educação, daqui a pouco, há quase cem anos, estamos falando de 1930, e já àquela época tínhamos uma série de educadores e educadoras que traziam a importância do sistema, a importância de a gente ter uma coordenação federativa, a importância de pensar, o Governo Federal, o Estado e o Município, de forma articulada. O que defendemos aqui é que, na prática, precisamos de uma descentralização orquestrada.

A gente não está nem falando de um sistema descentralizado, nem de um sistema único, porque isso não faz sentido para a educação brasileira. Acho que o termo que o Professor Abicalil usa muito, que é um "sistema de sistemas", já foi muito bem incorporado ao debate público. Essa é a visão que nós temos aqui também.

Agora, ele tem uma série de desafios de desenho. Não é qualquer sistema. A gente precisa pensar exatamente como é que ele funciona, porque se nós estamos falando... Alguns falam do SUS da educação, acho que é uma comparação fácil de entender, mas que não é muito precisa. Quando a gente olha para o SUS, a gente vê a importância do SUS e pensa na importância do desenho do SUS. Portanto, a gente precisa ter muita cautela no desenho do Sistema Nacional de Educação também.

E se já, antes da pandemia, desde 1930, no Manifesto dos Pioneiros, a gente falava do sistema, a pandemia deixou escancarada a necessidade de um Sistema Nacional de Educação.

A desigualdade no Brasil aumentou muito, a desigualdade do sistema educacional aumentou também e vai aumentar mais ainda. A quantidade de jovens evadindo, abandonando o ensino médio, a quantidade de jovens e de crianças que não vão conseguir ser alfabetizadas da forma como deveriam, que não têm conseguido estudar nesse período, com as escolas fechadas e com uma resposta muito heterogênea, é enorme.

É óbvio que isso não é um fatalismo, e a gente não tem que tomar esse argumento como a geração perdida. Eu acho que vários que estão aqui conosco já ressaltaram muito a importância de a gente não marcar essas crianças e esses jovens e de fazer um trabalho muito forte para a recuperação disso.

Se a gente tivesse tido um Sistema Nacional de Educação, possivelmente a gente teria tido uma coordenação nacional mais robusta para resposta à pandemia; infelizmente não tivemos.

Em termos de suporte técnico, em termos de narrativa, em termos de recurso, a bem da verdade, Estados e Municípios estão respondendo de uma forma muito heterogênea na pandemia. Infelizmente, a gente tem lugares que estão com o pacote completo, que estão pensando todas as medidas necessárias, que estão preparando as escolas para um retorno seguro e efetivo, que estão oferecendo pacote de dados,



imprimindo apostilas e enviando para as escolas, que estão dando aula pela televisão, pela rádio; enfim, todas as formas possíveis para a gente tentar chegar àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade, periféricos, no campo. E temos serviços que ainda estão se planejando, tentando entender o que fazer. E nós gostamos de pensar que está todo mundo fazendo o seu melhor, mas o melhor de cada um, dado que a gente não tem um Sistema Nacional de Educação, é muito diferente ao redor do País.

Então, a gente tem visto o debate avançar, tanto no Senado quanto na Câmara. Eu acho que a gente tem alguns marcos importantes. Tanto o Senador Dário Berger quanto o Senador Marcelo Castro já manifestaram formatos diferentes e a vontade de fazer um relatório dialogado entre a Câmara e o Senado Federal, assim como foi no Fundeb, assim como o Senador Flávio Arns fez com a Deputada Dorinha, que foi muito importante para a tramitação do Fundeb no Congresso. Eu acho que isso é muito importante e muito saudável para o Sistema Nacional de Educação. Temos visto o debate avançar bem, com muita escuta: já foram várias audiências públicas – aqui no Senado, sessão de debates temáticos –, vários relatórios, muitas reuniões. Acho que isso é importante para a gente tentar ter um texto de convergência. O Brasil precisa dessa convergência para o sistema, porque a gente vai precisar do sistema para a retomada no pós-pandemia.

A gente vai ter uma série de desafios enormes relacionados ao abandono, evasão escolar, infraestrutura, autoestima, saúde mental, formação e valorização dos profissionais da educação, enfim, "n" temas, que, se a gente não fizer como País numa descentralização orquestrada, dificilmente vai dar certo. E o difícil de ver se a gente vai dar certo, na prática, significa que aquele estudante que a gente sabe quem é, de quem a gente sabe o CEP, de quem a gente sabe a cor da pele vai ter menos condições do que aquele outro que está numa situação mais abastada.

Então, acho que o Senado, o Congresso tem a chance de deixar a sua marca junto com a Constituição Federal, junto com a LDB, junto com o Fundeb, junto com as emendas constitucionais que muito melhoraram a educação, enfim, com vários marcos legais que colocaram o Brasil numa posição de referência internacional com relação à legislação educacional. O Fundeb é uma referência internacional, é estudado em outros países. A legislação brasileira é muito robusta na educação, ela coloca os direitos à educação num patamar muito importante.

Então, a gente vê o sistema agora como um capítulo. Se os últimos anos foram os anos de discussão do Fundeb – e o Fundeb foi e é o marco que a gente diz da educação brasileira –, agora a gente vê aqui esse debate no Sistema Nacional de Educação e tem a chance de passar o Sistema Nacional de Educação para enfrentar todos os desafios sobre os quais eu comentei.

Para que esse sistema serve, como ele se organiza, quais são os tópicos principais? Eu não vou entrar tão no detalhe. A gente tem uma nota técnica com perguntas orientadoras sobre o Sistema Nacional de Educação, que já tive a oportunidade de apresentar para várias assessorias do Senado e estou à disposição para apresentar novamente.

Estamos trabalhando numa outra nota técnica, aí, sim, mais com o posicionamento do Todos pela Educação sobre o Sistema Nacional de Educação. A primeira ainda não era um posicionamento, era sobre o que é preciso ter e o que é preciso decidir. Agora já se vai numa outra linha. Acompanhamos os debates, e já se tem todo um acúmulo, pois isso muito foi discutido à época da Sase, no Governo Federal, no Ministério da Educação. Existe todo um acúmulo, e tem que ser assim. Então, estamos trabalhando nessa nota.

Aqui algumas das considerações: primeiro, a que o sistema serve? O sistema serve para garantir o direito à educação e à redução das desigualdades na educação. Nós não temos dúvida nenhuma de que isso tem que ser o propósito. Mas como isso se organiza é muito importante. Existe uma dimensão que nós vemos que é mais gerencial, que tem a ver com regime de colaboração e com a pactuação federativa



entre os diferentes níveis de governo, entre os gestores dos diferentes níveis de governo.

É importante que as instâncias sejam pensadas de forma a colocar para decidir quem tem o poder e será responsabilizado pela decisão, mas pensar, ao mesmo tempo, como a participação social pode ser trabalhada dentro do sistema. Eu acho que nisso o relatório já é bem avançado e consegue dialogar bem ao colocar a decisão nas mãos dos tomadores de decisão, mas também há uma participação social expressiva.

Existe um outro âmbito que eu tenho chamado de coesão normativa. Existe uma estrutura de conselhos na educação, no sistema de ensino, que não necessariamente garante uma articulação entre as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, pelos conselhos estaduais, pelos conselhos municipais de educação. Isso tem a ver tanto com a representação dos níveis de governo dentro dos conselhos, mas também com pactuação na tomada de decisão normativa. Então, essa é uma outra dimensão que eu reforço.

Para nós, o coração do sistema está na clareza de definição das atribuições de cada nível de governo e do que será decidido em cada instância de pactuação; as instâncias de pactuação, que, para nós, são essa espinha dorsal, para se conseguir ter diálogo, pactuação e melhoria da qualidade da gestão, melhoria da qualidade da formação da política pública e melhoria da incorporação da participação social dentro da política educacional; e o terceiro elemento é quais serão os objetos a serem pactuados dentro de cada nível, qual a atribuição deles, se há alguns que precisam de tempo para serem feitos ou não.

Eu destaco algumas pactuações aqui. Acho que a gente tem que falar sobre a pactuação dos recursos das transferências voluntárias e dos mecanismos das transferências obrigatórias. Tanto o Marcelo quanto o Daniel falaram, deve-se discutir os parâmetros e o CAQ a partir da lei do sistema e depois pactuar isso em regime de colaboração, nas instâncias de pactuação. É preciso falar sobre como vai se avaliar isso. É preciso trazer a escola para dentro do sistema, para que as redes educacionais consigam apoiar a escola, que consiga apoiar os professores, que consigam materializar isso em melhoria da aprendizagem dentro da sala de aula, redução do abandono, redução da evasão e garantia do direito à educação, da formação integral desse estudante.

Por fim, o último ponto aqui, para encerrar a minha fala, é que a gente tem uma parte que é macro, o que a gente quer; outra, que é como a gente vai decidir isso; e outra, o que será decidido em cada local. E há uma parte que não é menos importante: quais vão ser os instrumentos para pactuar isso? Então, a gente tem muita clareza sobre o Plano Nacional de Educação, por exemplo, que é o norte do (*Falha no áudio.*) ... planejamento educacional, mas a gente precisa pensar também os instrumentos de articulação, de pactuação federativa para conseguir melhorar a forma com que os gestores tomam decisão conjunta. Na saúde, na assistência social, a gente tem a transferência fundo a fundo, que é muito diferente do que o que a gente tem na educação. O Fundeb é o principal mecanismo de diálogo federativo na parte dos recursos, e é um enorme avanço, mas a gente tem que pensar outros instrumentos também para a gente pensar o transporte escolar, para pensar a divisão de oferta do ensino fundamental, para pensar a cessão dos servidores, para pensar a formação de professores em conjunto, para pensar o diálogo dos fatores de ponderação do Fundeb, para pensar a discussão sobre o piso dos profissionais da educação, do magistério, enfim, há uma série de fatores que a gente precisa discutir.

Então, eu queria agradecer muito pelo trabalho que tem sido feito no Senado. Nós do Todos pela Educação estamos muito felizes por como o debate do sistema está avançando. Quero congratular por todo o trabalho de escuta e de formulação que tem sido feito até agora, pela iniciativa e pelo senso republicano de fazer um diálogo entre Câmara e Senado para conseguir ter relatórios alinhados. E queremos nos disponibilizar, continuar colaborando com os textos, com as minutas, com os relatórios, com os debates. Para nós, o Sistema Nacional de Educação tem uma centralidade enorme e não conseguimos ver uma forma de nos recuperarmos, pós-pandemia, na educação, sem pactuação federativa, sem coordenação



nacional, sem termos esses princípios do Sistema Nacional de Educação objetivando a garantia do direito à educação.

Portanto, agradeço muito e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Lucas Fernandes, do Todos pela Educação. Concedo a palavra ao próximo inscrito, Sr. Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), também por dez minutos.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Marcelo Castro. Bom dia aos Senadores. Bom dia aos convidados e à convidada, aos funcionários e assessores do Senado e a todas as pessoas que nos acompanham nesta audiência pública.

O PLC nº 235, de 2019, institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, e art. 211, da Constituição Federal de 1988. O parágrafo único do art. 23 diz que devem ser fixadas normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. O art. 211 diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus (*Falha no áudio*.)

Portanto, estamos com três décadas de atraso, 31 anos de não execução do que está previsto na Constituição Federal.

São duas gerações totalmente prejudicadas, considerando, na educação básica, 14 anos de estudos entre a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. Duas gerações que, provavelmente, a ausência do cumprimento da determinação da Constituição Federal nos levou a ter 80 milhões de brasileiros e brasileiras com 18 anos de idade ou mais sem conseguir concluir a educação básica.

A justificativa da ementa desse PLC diz que vai instituir o Sistema Nacional de Educação e dispõe sobre o processo de avaliação dos sistemas de ensino, determina a elaboração de planos nacional, estaduais, municipais e distrital de educação e especifica as fontes de financiamento da educação.

Ora, essa é uma justificativa muito difícil de explicar para as pessoas que não entendem da área de educação e para quem é de fora do País. Uma lei que a Constituição Federal de 88 determinou que existisse para garantir essas características. Esses indicadores já existem.

Processo de avaliação. Impuseram-nos um processo de avaliação. O processo de avaliação que queremos será, de fato, discutido, ou vamos manter essa imposição que é colocada em nosso País? O que já foi imposto para nós é na concepção do capital humano e que não garantiu o acesso e a permanência, nem a formação integral dos nossos estudantes. Ou vamos querer um processo de avaliação na concepção do desenvolvimento humano, que tem como princípio a inclusão escolar e social, que tem por premissa básica que a economia existe para as pessoas e não as pessoas para a economia, e que defende que a aprendizagem tem valor em si mesma? Então, vamos manter a imposição do ranqueamento, a competição dos prêmios para ter nota de Ideb, para ser avaliado por um organismo internacional, como é a OCDE da economia? Então, que processo de avaliação o Sistema Nacional de Educação vai apontar para uma situação que está imposta hoje para nós? Vai alterar essa realidade?

O Sistema Nacional de Educação vai indicar os planos de educação.

Ora, em 31 anos de ausência da lei do Sistema Nacional de Educação, nós tivemos dois planos de educação, ou não? De 2001/2011 e de 2014/2024. Consultando o Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação feito pelo Inep, atualizado no dia 17 de novembro de 2020, em sete anos do Plano Nacional de Educação 2014/2024, as 11 metas previstas para serem alcançadas até 2020 não foram alcançadas. As metas não foram cumpridas. Por que será?

A justificativa da ementa do Sistema Nacional de Educação, do PLC 235, diz que se devem especificar as fontes de financiamento da educação. Ora, se já existiram dois planos de educação, se o atual, até 2020,



não cumpriu as 11 metas que estavam previstas, por que será?

Será porque o financiamento da educação nesse período está sofrendo diversos ataques? (*Falha no áudio.*) ... em 2014, mas em 2015, o MDB lançou o documento *A Ponte para o Futuro*, sugerindo acabar com os 25% da educação nos Estados e Municípios e os 18% da União.

A Emenda Constitucional 95, de 2016, atacou brutalmente o financiamento do Plano Nacional de Educação, e não só este, mas do próximo também, porque ela, até hoje, vigora até 2036. Então ataca o atual plano e o futuro. Ataca a educação pública e privada neste País de forma forte nesses períodos.

As PECs 186, 187, 188, enviadas em novembro de 2019, são propostas de emenda à Constituição que atacam a perspectiva da educação em nosso País. A 186 já foi aprovada. A 187 quer acabar com o FNDE, com o Fundo Social do Pré-Sal. A 188, com os 25% da educação, enrolando o povo brasileiro como se fosse, "não, não queremos acabar, queremos só fazer um orçamento flexível".

A Lei Complementar 173, de 2020, também ataca a educação pública em nosso País e está sendo usada como justificativa para aprovar a PEC 13, ou seja, quer cobrir a incompetência de governantes que não planejaram, que não sabem ou não desejam investir na educação pública, cuidar das nossas escolas e dos seus profissionais.

A coordenação nacional, que deveria ser feita pelo MEC, não existe em nosso País. No ano passado, até setembro, o MEC só conseguiu operacionalizar 48% do seu orçamento. Em outubro, o Congresso Nacional autorizou tirar 1,4 bilhão do Ministério da Educação e passar para outros ministérios.

Se há uma grande preocupação dentro do Sistema Nacional de Educação, que aponta as fontes de financiamento, por que nós permitimos todos esses ataques ao financiamento da educação durante esse tempo?

As omissões do Governo Federal e os ataques sobre o Fundeb permanente foram constantes. Tivemos que suar muito para aprovar o Fundeb. A Portaria Interministerial nº 3, de novembro de 2020, atacou os recursos do Fundeb para 2021.

Pela primeira vez, desde 2008, a lei do piso dos professores não teve reajuste. A Emenda Constitucional 109, que o Congresso Nacional aprovou, agora em 2021, provoca, nos Estados e Municípios, um sufocamento no atendimento à educação em nosso País.

Nesse sentido, Senadores e Senadoras, quero afirmar que tendo à frente um Ministério que nega a escola pública defendendo a educação domiciliar, que diz que a universidade é para poucos e que ataca as pessoas com deficiência, só nos resta dizer que nós servidoras e servidores públicos concursados e com estabilidade continuaremos aqui resistindo e lutando pelo direito à educação pública para todas as pessoas.

Os detratores da educação em nosso País não permanecerão, os seus mandatos vão acabar. Mesmo que tarde, a lei do Plano Nacional de Educação tem que existir, mas com base nos encaminhamentos das Conaes 2010/2014, das quais milhões e milhões de brasileiros participaram. Lá há propostas e conteúdos importantíssimos para balizar uma lei do Sistema Nacional de Educação que, de fato, atenda as demandas do povo brasileiro. Esse é o nosso desejo, o da CNTE.

Obrigado, Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa.

Passamos a palavra ao próximo orador, que é a Sra. Rozana Barroso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), também por dez minutos.

Com a palavra a Sra. Rozana.

A SRA. ROZANA BARROSO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadores, Senadoras! Bom dia aos companheiros de entidade! Muito feliz de estar com vocês.

Eu estou em Mato Grosso para encontrar e apurar algumas situações. Acho que vocês têm visto nas



redes. Não só com os estudantes, mas também com professores. Pedi, inclusive, para falar. Infelizmente, vou ter que sair, mas vou acompanhar depois a gravação para saber a contribuição de cada um, de cada uma de vocês, sobre esse tema tão importante.

Queria trazer aqui, rapidamente, um pouco da preocupação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas com a educação, principalmente nessa pandemia, da importância do Sistema Nacional de Educação para que a gente possa superar alguns problemas agravados na pandemia.

É certo que a gente sabe de cor e salteado do agravamento da desigualdade social, do aumento do desemprego, do subemprego, mas nós precisamos olhar atentamente para essas estatísticas e entender que, dentro delas, também estão os estudantes, principalmente os das escolas públicas. Nós estamos enfrentando, neste momento, um grande *boom* de evasão e abandono escolar. Há mais crianças e adolescentes no sinal vendendo bala do que retornando para a sua sala de aula ou acessando a educação de forma remota.

As escolas públicas, hoje, infelizmente, na maioria dos Estados, não passaram por estruturação para receber o estudante de forma segura. As que tiveram estruturação por parte do próprio Estado e não de verbas diretamente direcionadas para isso, por exemplo, pelo Ministério da Educação... Então, nós temos, hoje, um cenário caótico de ter a maior parte da juventude fora do acesso à educação. Eu costumava dizer que o resultado ia chegar. Dessa vez já posso dizer que o resultado chegou: nós temos um Enem com o menor número de inscritos em 13 anos.

Isso quer dizer que os estudantes dessas escolas não vão fazer a prova, que é a principal porta de entrada para a universidade, ou seja, os seus sonhos, as suas vontades, assim como a minha, de ser a primeira da família na universidade, estão sendo atacados neste momento. Quem ganha quando menos jovens, principalmente os das periferias, os negros, os indígenas, as mulheres deixam de acessar o ensino superior?

Comecei falando sobre o agravamento da desigualdade social, mas, sem a educação, sem formar esses meninos e essas meninas para contribuírem com o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do nosso País, nós não vamos conseguir superar nem tão cedo esses problemas agravados na pandemia do coronavírus. A educação é essencial para a gente ter um Brasil que supere essas crises agravadas neste momento de pandemia, principalmente porque é também o berço da ciência e da pesquisa brasileira.

Então, para nós, este debate, assim como o debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb, é extremamente importante, porque nós vamos precisar ter uma operação, ter uma busca ativa, ter um cuidado, ter uma programação, um projeto de retomada para trazer esses jovens de volta, para ter uma educação de qualidade, para ter escolas estruturadas, para conseguir alcançar esses jovens e trazê-los de volta para o acesso à educação.

Por isso, é muito importante que a gente possa trabalhar e entender não só o Sistema Nacional de Educação, mas todos esses projetos que a gente debate e por que luta aqui, como meios, também, de combate ao agravamento da desigualdade social e garantia do acesso à educação aos jovens brasileiros.

Então, mais do que nunca, esse debate é muito importante para o Brasil, porque nós não vamos ter Brasil que avance quando a educação retrocede. E ter, hoje, a maior parte dos jovens brasileiros sem acessar a educação é um grande retrocesso para o nosso povo, é um grande retrocesso para a nossa juventude.

O que será do Brasil enquanto a gente tiver tantas escolas vazias e ruas cheias de jovens, que precisam trabalhar, burlar sistema de aplicativo de entrega quando são menores de idade para ajudar em casa! Dia desses, eu encontrei um menino de 13 anos – eu também comecei trabalhando com 13 anos –, me parando no mercado, falando sobre a necessidade que ele tinha de estar ali para ajudar a mãe dele, empregada doméstica desempregada, que sofreu violência doméstica. Esse é o retrato, hoje, dos jovens que estão tendo o seu direito de estudar violentado.



Então, debates como este são muito importantes, porque nós vamos precisar olhar com muito cuidado, cautela e responsabilidade para o atual cenário da educação e construir saídas para trazer esses jovens, essas crianças, que enfrentam hoje, também, a violência, que enfrentam a desnutrição infantil pela não garantia de merenda escolar, nós vamos precisar olhar com muita responsabilidade e trazê-los de volta para o acesso à educação.

Então, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas se coloca aqui à disposição da construção, sempre, dos textos, das formulações, não só sobre o Sistema Nacional de Educação, mas todas as outras pautas sobre a educação nos interessam. A educação é importantíssima para nós, é importantíssima para o Brasil.

Então, eu queria nos colocar aqui à disposição para essa construção, trazer o olhar e a preocupação dos estudantes brasileiros, que, neste momento, se preocupam muito por ter o seu futuro, mas também o presente, incerto.

E ressalto, mais uma vez, a importância deste debate sobre esse sistema, para que a gente possa superar esses problemas agravados na pandemia. Aqui, a gente tem falado muito uma frase, e eu queria terminar com ela então. Os secundaristas brasileiros, os estudantes do ensino fundamental – médio, técnico, pré-vestibular e Ensino de Jovens e Adultos, mais de 40 milhões de jovens – têm hoje um lema: defender a educação para salvar o Brasil. Essa é a nossa missão. Sem a educação no centro do debate, não há país que avance, não há país que supere essas crises, e nós sabemos da importância da formação desses jovens para a contribuição de um Brasil que possa superar tantos problemas, tanto caos, tanta tristeza que a gente está vivendo agora.

A educação transformou e salvou a minha vida e, tenho certeza, a de muitos aqui nessa sala, mas também a de muitos dos que nos assistem. Então, nós ressaltamos a importância dela e desse debate tão importante para o nosso povo, para o nosso País.

Contem com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Estamos sempre à disposição na formulação dos projetos da educação, mais especialmente neste momento do Sistema Nacional de Educação. Estamos juntos nessa batalha, estamos aqui sempre para contribuir e trazer a visão dos estudantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a contribuição de V. Sa. e concedemos a palavra ao próximo inscrito, o Senador... Olha, Senador! É porque vai ser no futuro.

Concedo a palavra ao Sr. Helber Ricardo Vieira, Secretário Adjunto da Educação Básica do Ministério da Educação, por 10 minutos.

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Olá! Muito bom dia a todos vocês.

Cumprimento o Senador Marcelo Castro, que faz essa profecia aí – heim, Senador? Olha só! Vou cumprimentar também o Senador aqui de Brasília, então, já que eu sou daqui, o Senador Izalci. Também aproveito pra cumprimentar os demais Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas não será no lugar do Izalci não, viu? (*Risos.*)

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA – Vamos ver. Vou pedir o apoio aí.

E queria cumprimentar o Senador Dário Berger pela relatoria do projeto e os demais colegas de trajetória. Estou vendo o Professor Manoel, o Professor Luiz Fernandes Dourado...

Eu, rapidamente, antes de começar a minha apresentação, só usando uma expressão muito comum na educação, que é estabelecendo o lugar de fala, estou aqui ajudando o Professor Mauro.

Olho o Marcelo – tudo bem? –, representando a Undime.



O Professor Mauro Rabelo é o Secretário, eu atuo agora como Secretário Adjunto. Sou pesquisador do Inep, com 20 anos de serviço público no MEC, e vou trazer uma visão que tenta juntar um pouco dessa visão de Estado e da visão, neste momento, do que a gente tem para esse projeto importante. Vou me esforçar para trazer a visão mais sóbria possível da nossa posição atualmente sobre o Sistema Nacional de Educação.

Minha apresentação foi enviada. Eu não sei se a assessoria pode projetá-la ou se ela quer que eu o faça daqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não; você mesmo projeta daí, compartilhando conosco aqui.

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA – *O.k.*

Eu tenho certeza de que a apresentação vai guardar convergência....

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está aparecendo aqui. Pode seguir.

O SR. HELBER RICARDO VIEIRA – Já? *O.k.*

A apresentação guardará convergência com a maioria das falas aqui, mas vamos ver o que a gente pode já acrescentar ao debate. Vou tentar também me policiar com relação ao tempo.

Bom, primeiro que a discussão inteira do Sistema Nacional de Educação é uma discussão que vem amadurecendo desde que estabelecidas as normas e diretrizes, mas, mais recentemente, a gente faz esse pequeno panorama histórico aqui, de 2010 até o presente momento, quando você tem, como já referido aqui, as Conaes, depois do estabelecimento do Plano Nacional de Educação, as determinações que o plano trouxe em termos de apresentação da proposta em até dois anos, a proposta apresentada e, mais recentemente, essa discussão em torno dos projetos de lei tanto na Câmara quanto no Senado.

Acho importante trazer também esse elemento – deixe-me minimizar isso – que é constitucional: qual seria a finalidade do nosso Sistema Nacional de Educação? Ora, aquela prevista na própria Constituição. Destaco, em especial, o art. 206:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos [...] princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

VI - gestão democrática do ensino público [...];

VII - garantia de padrão de qualidade [tanto de aprendizagens quanto de condições de oferta].

Enfatizo muito porque é a partir desse princípio constitucional, dessa diretriz constitucional que a gente vai trazer a fala da finalidade do SNE.

Mas, antes disso, um exemplo de o porquê um Sistema Nacional de Educação. Ora, para assegurar que o brasileiro, em qualquer lugar que ele nasça, porque não temos nenhum controle de escolha, como cidadãos brasileiros, de onde nasceremos... Então, eu trago aqui uma pesquisa. Esse é um gráfico que estava na nossa Plataforma Devolutivas, do Inep, que ele mostra – eu sei que talvez seja um pouquinho difícil ver, mas você tem dois gráficos aí: um azul claro e um azul escuro... Em azul claro, o desempenho em um Município do Nordeste brasileiro; em azul escuro, um Município – eu posso falar que não é um Município, mas é em Brasília, nossa Capital Federal.

A gente vê, no azul escuro, que existem alunos distribuídos, uns abaixo do nível I, outros no nível IV; a maioria dos alunos de Brasília, entre o nível III e VI de aprendizados, uma curva normal. Mas quando você pega esse Município – e esse eu não vou falar, mas é o Município do Nordeste, aliás, um lugar onde muitos de nós talvez já tenhamos passado férias – ele tem uma situação muito delicada, com 60% dos estudantes daquele ano, na avaliação de língua portuguesa, no quinto ano, 60% deles estavam abaixo do



nível I. Eles mal conseguiam ler a prova, demonstrando uma tremenda desigualdade entre sistemas, e essa desigualdade experienciada por milhões de cidadãos é simplesmente pela diferença do local onde nasceram, pela sua organização municipal, estadual ou, no nosso caso, nesse exemplo aqui também na Capital federal.

Ora, então, qual é a finalidade do nosso Sistema Nacional de Educação? Em síntese, seria assegurar a aprendizagem no nível e tempo adequado e, como traz a própria Constituição, em condições adequadas de oferta, e "sob condições", eu estou dizendo que não basta apenas aprender e aprender no tempo adequado, nós não queremos uma escola sem banheiro, sem luz, sem água. Nós imaginamos que o direito à educação se concretiza quando as condições estão bem estabelecidas, o professor é qualificado e valorizado e também a criança aprende e tem uma trajetória regular.

Ora, esse é um conceito ainda muito abstrato, então foi preciso trazer um pouco mais de concretude em: qual é a aprendizagem e o nível que se espera, portanto, como nação? E isso foi positivado de alguma forma – não é o único instrumento –, mas a referência foi ali colocada na Base Nacional Comum Curricular.

Portanto, quanto à questão de assegurar aprendizagem no nível, tempo adequado, a gente tem uma referência chamada Base Nacional Comum Curricular, uma referência para os currículos das escolas.

Em condições adequadas de oferta, e aí se estabelece toda a questão do custo aluno/qualidade, trazendo, em especial, essa questão das condições adequadas para essa oferta.

Eu trago esse gráfico, e essa é uma novidade da última apresentação que a gente fez, apenas para a gente entender também a distribuição de recursos e, com ela, a responsabilidade de cada um, seja nesse momento de pandemia, seja em torno do próprio Sistema Nacional de Educação.

A gente vê que, na educação brasileira, 63% dos recursos que a financiam são concentrados no Fundeb; 29% são de recursos próprios para a educação de Estados e Municípios; 5% são do salário da educação; e, dos programas – aqui está no FNDE, mas a gente pode ler MEC –, apenas 3%.

E faço aqui um pequeno parêntese.

Quando a gente fala de toda a importância do papel, pela posição privilegiada que tem o MEC, sem dúvida nenhuma, da coordenação – e eu vou citar algumas dessas ações –, mas a responsabilidade também é absolutamente de todos os entes federados com a questão da pandemia, com a questão da coordenação das suas ações; e, por isso, inclusive, a importância dessa discussão do Sistema Nacional de Educação.

Contando alguns objetivos que a gente traça aqui para o SNE: necessidade de estabelecer, com clareza, o que vem a ser esse próprio direito à educação, ou seja: o que aprender, em que condições essa oferta de aprendizagem, ensino-aprendizagem, perdão, deve ocorrer. E a lei, portanto, pode contribuir, no sentido de esclarecer questões como, primeiro: esse sistema de governança para a direção, monitoramento e avaliação do sistema e dos objetivos do sistema para a implementação das decisões, de forma colaborativa; a instituição da Base Nacional Comum Curricular, que é, portanto, o que de positivo deveria um cidadão brasileiro aprender; a instituição do padrão mínimo de qualidade e as condições de oferta; a distribuição dos recursos para o cumprimento dos objetivos do próprio sistema, hoje bastante concentrado na discussão do Fundeb; e um sistema de avaliação para a verificação do cumprimento do direito à aprendizagem, em condições adequadas.

Ora, em síntese, o que esse eslaide está trazendo como objetivos para o Sistema Nacional de Educação é dizer: o cidadão brasileiro deve aprender determinadas questões; essa aprendizagem, essa oferta de ensino-aprendizagem deve acontecer em determinadas condições; o financiamento para se conseguir isso deve seguir essa lógica; e existe um sistema de avaliação que verifica a aprendizagem e em que condições ela ocorre, para assegurar maior equidade na oferta educacional pelo País.

Eu vou pular um pouco essa questão de legislação. Aqui há todo o contexto legal que está embasando a nossa fala e vou sintetizar – estou quase acabando – essa questão, portanto, que trouxemos aqui do sistema.



Então, o Sistema Nacional de Educação teria como eixo central o desenvolvimento e a manutenção da educação com o horizonte estabelecido pelas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, e isso está na lei.

O Sistema Nacional de Educação estabelece, monitora e avalia padrões de aprendizagem e de qualidade quanto às condições de oferta – é toda a nossa narrativa até aqui; e o Sistema Nacional de Educação estabelece, articula e harmoniza espaços para o exercício da governança do sistema, ou seja, estabelece, solidifica e harmoniza papéis e responsabilidades.

Quanto às diretrizes, esse eixo central de diretrizes e metas para o sistema, nós temos o próprio Plano Nacional de Educação. Mas nós temos outros referenciais, como a Base Nacional Pública Curricular, o CAC, normas e diretrizes dos conselhos nacionais de educação. Quanto às avaliações, nós temos a discussão do Sistema Nacional de Avaliação, nós temos o Saeb, nós temos discussão, neste momento, sobre o Ideb; o próprio Sinaes, na questão da educação superior.

E aqui uma parte a que eu gostaria de dar ênfase hoje na nossa exposição, que é a questão central do debate quanto a esses espaços para o exercício da governança de um Sistema Nacional de Educação.

O que viemos trazer é muito dessa preocupação nossa, também já acompanhada aqui por outras falas, de que existem essas instâncias, que muitas das vezes já estão colocadas, e é preciso que essa lei dê um pouco mais de clareza sobre como essas instâncias que já existem, instâncias inclusive tripartites, como é a Instância Permanente de Negociação, como é a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica, mas também outras importantíssimas, como os conselhos, as instâncias executivas, destaque aqui também para as instâncias de coordenação existentes atualmente, como o COE e as câmaras técnicas que foram colocadas também dentro do COE, os conselhos escolares, os conselhos de acompanhamento e controle social. Ou seja, não podemos dizer que nós não temos, de alguma forma, um sistema colocado, um sistema real, que foi evoluindo e que tem, portanto, muita sabedoria, porque foi amadurecendo por muito tempo. Então, uma ruptura muito grave, uma ruptura com esse sistema atual, pode não ajudar o sistema a se consolidar, porque, concordo também com a colocação que foi feita aqui, talvez o Sistema Nacional de Educação seja mais complexo, em termos de articulação, do que a sua comparação com o sistema nacional de saúde.

Portanto, em síntese, para nós é importante estabelecer em lei complementar essa organicidade, composição e os papéis das atuais estruturas de governança; clarificar o papel do Sistema Nacional de Educação quanto aos demais sistemas subnacionais e permitir maior flexibilidade para definições dos papéis e responsabilidades a partir de negociações e pactuações ocorridas nessas instâncias de governança.

Aqui só enfatizo que talvez a gente deixe de lado um pouco a ânsia de trazer toda a complexidade do sistema para o texto da lei, mas crie apenas condições para que essa regulamentação vá se dando de maneira negociada com o decorrer do tempo, e a questão de observar os princípios constitucionais para a organização dos sistemas e mecanismos, dados os papéis já existentes na própria Constituição e dadas as leis que existem até aqui.

Essa é a nossa exposição.

Eu queria agradecer muito o tempo que tivemos aqui e apenas dizer que o Ministério da Educação tem feito, em especial nesta gestão, todo o esforço necessário para a coordenação das ações.

Queria dizer que, neste momento, estou aqui, junto com o Professor Mauro, com Secretários da região Norte, com Governador, fazendo uma reunião regional de coordenação das ações da educação básica, porque, para nós, atuar no regime de colaboração é valor, é princípio constitucional, e parte do nosso dia a dia. Não preciso nem dizer que temos nos reunido constantemente com vários dos atores aqui, com o Consed, com a Undime, com o Uncme, com o Foncede, atuando, concretizando o regime de colaboração, dia após dia.



Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Eu permaneço aqui ouvindo atentamente as discussões, anotando tudo, com uma escuta ativa, para que a gente aperfeiçoe a nossa atuação.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a colaboração de V. Sa. e vamos passar ao próximo inscrito, Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), por dez minutos.

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para exposição de convidado.) – Exmo. Senador Marcelo Castro, eu quero saudá-lo e já agradecer a gentileza e a atenção do convite formulado à Uncme e ao Fórum Nacional de Educação.

Eu quero saudar, por extensão, também o Senador Flávio Arns, que participa, inclusive, ativamente do nosso Fórum Nacional de Educação e é o autor desse projeto de lei complementar, e o Senador Dário Berger, que é o Relator. Nas pessoas deles, eu saúdo os demais Senadores aqui presentes nesta audiência pública.

Quero saudar, de uma forma muito especial, o Conselheiro Osvaldir Ramos, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Estadual de Santa Catarina, que participa também e divide conosco, dos Conselhos Municipais de Educação, essa luta por essa tão significante estrutura formada por conselheiros em todo o Brasil.

Eu quero dizer, inicialmente, que a nossa fala vai se pautar exatamente nas contribuições que já enviamos ao Senado Federal e ao Relator, Senador Dário Berger, e defende, basicamente, alguns pontos fundamentais para o Sistema Nacional de Educação, como o papel dos conselhos, a autonomia dos sistemas, a gestão democrática, o regime de colaboração e o financiamento da educação e também a realização e a construção ativa das Conferências Nacionais de Educação, nos anos de 2010, 2014 e 2018 – e aqui vamos realizar e construir, com muita força e trabalho, a de 2022.

Inicialmente, eu entendo que a discussão do Sistema Nacional de Educação passa como uma necessidade de articulação da educação nacional a partir dos Manifestos Pioneiros da Educação, em 1932. Eu acho e entendo ainda que a reconstrução da educação no Brasil traz um esforço conjunto em todos os sentidos possíveis, e aí a gente entende a necessidade da aprovação desse projeto de lei como algo necessário e urgente neste momento.

Ao longo da República, nós tivemos no Brasil reformas parciais, fragmentadas e que não deram conta da complexidade da educação nacional em toda a sua amplitude e pela falta de diálogo, talvez, das grandes questões relacionadas, inclusive, às nossas desigualdades regionais, sociais, políticas e econômicas. Evidentemente, tudo isso precisa e deve ser refletido nesta discussão, porque a Uncme imagina basicamente, como entidade aglutinadora dos Conselhos Municipais de Educação de Base, que um sistema nacional deve se propor, basicamente, a garantir a educação de qualidade, definindo parâmetros de qualidade e financiamento compatível.

Então, a discussão do Custo Aluno-Qualidade, por exemplo, e sua regulamentação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação, entendemos que é uma condição fundamental para a concretização de um pacto federativo, que possibilita a justiça social e o fortalecimento dos Municípios – afinal de contas, é lá que tudo se inicia e que tudo finaliza –, viabilizando o cumprimento das obrigações constitucionais com a nossa educação.

Não é possível pensarmos um Sistema Nacional de Educação desvinculado da gestão democrática que deverá conter ampla participação da sociedade civil. Eu me orgulho muito de falar esse detalhe,



até porque represento, no meu Conselho Municipal de Educação, o Rotary Internacional, que participa ativamente hoje de uma política educacional de combate ao alfabetismo e de apoio à educação básica. Isso é questão fundamental para que os Conselhos Municipais de Educação e os Fóruns de Educação sejam considerados e atuem como órgãos de Estado em toda a sua plenitude.

Eu confesso que, neste momento que exerço a Presidência da Uncme e a Coordenação do Fórum Nacional de Educação, recentemente eleito, eu me considero altamente privilegiado e com uma disposição muito grande de construir um trabalho em conjunto, articulado com todos os entes federados e com todas as instituições que participam conosco do Fórum Nacional de Educação.

Esse esforço busca, realmente, conduzir, a princípio e de uma forma bem objetiva, a superação do quadro de precariedade da educação pública que o Brasil tem enfrentado em diversos processos. Entendemos e, cada vez mais, defendemos uma política de Estado, com a observância das diretrizes, metas e estratégias dos Planos de Educação em todas as esferas federativas.

Portanto, a Uncme, considerando esses princípios institucionais, tem um acúmulo histórico das discussões acerca da temática em questão, especialmente nas Conferências de Educação, volta a repetir, de 2010, 2014 e 2018, das quais participamos ativamente, com diversos segmentos da sociedade brasileira, que culminaram na construção e aprovação do Plano Nacional de Educação.

Evidentemente, seu monitoramento se torna cada vez mais urgente e necessário em todas as ações. Aqui eu ressalto e agradeço, desde já, as contribuições dadas pelo Professor Marcelo, representante da Undime, que referenda a atuação ativa dos Conselhos Municipais de Educação e do meu querido amigo Lucas, do Todos pela Educação, que traz também considerações a respeito dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação como órgãos realmente decisivos para contribuir com esse debate.

Afinal de contas, há autonomia dos entes federados na organização de seus sistemas próprios. Nós temos uma experiência já em andamento, e a Undime participa muito conosco na construção de vários sistemas municipais de educação, no Brasil, que já atuam e trazem discussões oportunas. O nosso Secretário Adjunto da SEB, o Helber Ricardo, traz aqui uma experiência fantástica quando ele toca nos Conselhos de Alimentação Escolar e nos Conselhos Escolares como participação desse processo.

Eu observo, por exemplo, o art. 48 da Lei 14.113, que dá aos Municípios a prerrogativa de incorporar os Cacs-Fundeb aos Conselhos Municipais de Educação, como uma experiência altamente vitoriosa, consagrada na lei recentemente aprovada. São experiências que vocês todos aqui presentes podem constatar, por exemplo, na atuação do Conselho Municipal de Educação de Maceió, em Alagoas, ou de Palmas, no Tocantins, que trazem, efetivamente, uma autonomia plena e uma capacidade de conduzir essa discussão ao Sistema Nacional de Ensino.

Uma outra experiência que a Uncme tem acompanhado, monitorado e apoiado é a experiência do Município de Alta Floresta, em Mato Grosso, que conseguiu construir um sistema e já trazer, em sua composição, o Conselho do Cacs-Fundeb, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Alimentação Escolar.

A pandemia nos mostrou vários ângulos das nossas deficiências, principalmente no âmbito municipal. A atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar, que o Helber nos traz e a gente tem acompanhado nessa experiência, mostra o quanto eles são decisivos na construção de qualquer Sistema Municipal de Ensino. Evidentemente, chamo atenção ainda para o art. 23 da Constituição Federal, que se refere de forma específica à competência comum entre os entes federados para estabelecer leis complementares. Isso é essencial, respeitando-se, evidentemente, a autonomia e o princípio do federalismo cooperativo.

Essa competência, de certa forma, não está devidamente considerada em sua amplitude no nosso texto. Ela pode ser muito melhorada em todos os sentidos, mas, mesmo assim, atende a uma perspectiva de discussão, que realizamos neste momento.



Afinal de contas, a Conae 2014 nos trouxe um tema que eu considero ainda muito forte na discussão, que foi o PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação, regime de cooperação, cooperação federativa e participação popular, destacando, então, alguns elementos essenciais nessa visão de sistema.

Quando nós consideramos, por exemplo, o regime de articulação, que existe hoje, entre os Conselhos Estaduais de Educação e os Conselhos Municipais de Educação, a partir desse entendimento pleno que tem sido realizado nacionalmente entre a Uncme e o Foncede, talvez nós consigamos entender a necessidade de se estabelecer uma aproximação maior dessas duas instituições, através de seus representantes, junto ao Conselho Nacional de Educação, até porque é necessário que nós entendamos que nesse Conselho Nacional de Educação, que tem feito um grande trabalho em prol da educação brasileira, e ressalto aqui a recente gestão da Conselheira Maria Helena Guimarães, que nos tem convidado, inclusive, para todas as discussões necessárias em nível de aprovação de várias ações que ali são discutidas...

Então, neste momento, eu entendo que, mais do que nunca, a participação de instituições como a nossa nesse formato de composição, a da própria Undime e do próprio Consed, talvez se equilibre de uma forma necessária a discussão da legislação educacional de que tanto precisamos, inclusive em relação ao Sistema Nacional de Educação.

Muito obrigado pelo convite, e, mais uma vez, nos colocamos à discussão, a Uncme e o Fórum Nacional de Educação, para tudo aquilo que puder contribuir com a educação nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos ao Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, da Uncme e do FNE, e passamos a palavra ao Sr. Osvaldir Ramos, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede).

Com a palavra.

O SR. OSVALDIR RAMOS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todas e a todos!

Cabe-me, de início, agradecer ao Senador Dário Berger, que convidou o Foncede, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, para participar desta sessão de debates temáticos sobre o Sistema Nacional de Educação.

Quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, e saudar também o Senador Flávio Arns, autor do PLP 235, de 2019, e dizer muito obrigado a S. Exa. pela iniciativa da criação do Sistema Nacional de Educação.

Transmito a V. Exa. um forte abraço do nosso amigo em comum, ex-Deputado e Conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Dr. Oscar Alves.

Enfatizo que eu, como catarinense, me senti muito enraizado e tranquilo quando tomei conhecimento de que o Senador Dário Berger seria o Relator dessa proposição, matéria tão importante que é o Sistema Nacional de Educação. Fiquei tranquilo porque acompanhamos o Senador Dário e sabemos do seu compromisso com a educação e enraizado porque sabia que, com o Senador Dário trabalhando no relatório, os conselhos estaduais da educação, assim como todas as entidades e associações educacionais, teriam espaço de fala. Cumprimento o Coordenador do Fórum Nacional de Educação, Prof. Manoel Humberto, que tomou posse na última semana.

E externo a nossa gratidão à Professora Ester Carvalho, que encerrou seu mandato no Fórum Nacional de Educação na última semana também.

Aproveito para cumprimentar os demais convidados desta audiência, na pessoa do Secretário da SEB Helber Vieira.

Não posso deixar de cumprimentar e agradecer à assessoria do Senador Dário, na pessoa do assessor Yuri Becker dos Santos.



Em relação ao Sistema Nacional de Educação, é importante salientar que é extremamente gratificante para o Foncede participar desta audiência.

E já que estamos falando sobre o Sistema Nacional de Educação, não podemos deixar também de fazer uma pequena abordagem histórica, não é? Essa temática está rumo a completar cem anos, pois surgiu já lá na década de 1930, pelos abnegados educadores e pioneiros da Educação Nova, sendo a bandeira do Manifesto de 1932, tendo essa temática marcado presença na Constituição de 1934 e retomado na LDB, em 1981, a Lei 4.024. No período entre 1964 e 1985, o tema ficou adormecido, voltando com a Constituição de 1988 e, mais recentemente, no Plano Nacional de Educação.

O Foncede, há muitos anos, está acompanhando e propondo a criação do Sistema Nacional de Educação. Ações foram desencadeadas com proposta na Câmara dos Deputados e no próprio Senado Federal. E por que isso? Por um fato muito simples: o Sistema Nacional de Educação está sendo aguardado desde a Constituição de 1988, e, mais recentemente, como eu falei anteriormente, no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lembro que sua criação deveria ter acontecido até o ano de 2016. Portanto, considerando o Plano Nacional de Educação, estamos atrasados quase seis anos.

O momento atual é oportuno, amparados tanto pela Constituição, quanto pelo plano decenal, o Plano Nacional de Educação, e mais do que isso, amparados por um acúmulo histórico construído pelos Governos, pelas universidades, pelos trabalhadores da educação, por organizações sindicais, por movimentos da sociedade que dão base política e social aos avanços que podem e precisam ser implementados.

Paradoxalmente temos uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação e não temos um Sistema Nacional de Educação, que organize a educação nacionalmente e defina a sistemática de articulação entre os entes federados.

A partir das definições trazidas pelo Plano Nacional de Educação e atendendo a provocação feita pelo Senador Flávio Arns, o Foncede, no sentido de contribuir com proposições para a instituição do Sistema Nacional de Educação, encaminhou várias sugestões. Acredito, inclusive, que o Foncede deva ter sido uma das primeiras instituições a apresentar contribuições ao Relator da matéria, o Senador Dário Berger, contribuições essas para compor um Sistema Nacional de Educação, que possa estabelecer parâmetros, parâmetros universais, independentemente da esfera federada; um Sistema Nacional de Educação, que, além de estabelecer princípios e objetivos de caráter nacional, tenha como pressuposto o federalismo de cooperação, definindo as instâncias e os critérios de deliberação no que diz respeito à gestão, ordenamentos, financiamentos e cooperação que envolvem os entes federados.

Para tanto, é preciso que haja uma comissão no âmbito federal e uma no âmbito estadual. Essas comissões devem ter o papel de pactuar recursos, responsabilidades administrativas, organizar e definir responsabilidades na implementação, por exemplo, do Plano Nacional de Educação. Faz-se necessário definir critérios para a distribuição de recursos entre os entes federados e critérios para a avaliação supletiva da União, buscando parâmetros de equalização na busca do conceito de Custo Aluno-Qualidade.

Dito isso, passamos agora a expor alguns pontos que consideramos absolutamente centrais no debate do Sistema Nacional de Educação ora proposto.

É elementar – nisso o relatório apresentado até o momento é muito feliz e acertado – que tenhamos estabelecidas as comissões intergestores. Essas comissões precisam ter a liberdade necessária para efetuar um papel prático e articular o sistema, analisando as regionalidades brasileiras e implementando as políticas públicas de forma organizada em todo o Território nacional, respeitada a dimensão do nosso País e as complexidades de cada região e suas características culturais. É preciso que haja uma descentralização na elaboração das políticas públicas e que haja uma definição exata das competências que cada ente federado terá na execução dessas políticas públicas.

Outro ponto crucial para os Conselhos de Educação é a autonomia organizacional dos conselhos.



Há Estados, por exemplo, em que os conselhos estão muito fragilizados em relação às secretarias, algo profundamente danoso, danoso à independência na tomada das decisões.

Indispensável recordar que os Conselhos de Educação são órgãos de Estado, eles não são órgãos de Governo. Os conselhos têm uma função extremamente importante nos sistemas, importância percebida, em especial, nesse momento da pandemia. Os Conselhos estaduais e municipais, a exemplo do Conselho Nacional de Educação, avalizaram e foram os grandes orientadores das ações das redes públicas e privadas de ensino, mediante a expedição de normativos e de acompanhamento direto dos protocolos de saúde.

O Conselho de Acompanhamento Social do Sistema Nacional de Educação ora proposto é um ponto importante, tendo em vista que a sociedade precisa estar atenta e vigilante à execução de qualquer sistema.

Temos uma observação a fazer, Senador Dário, e ela se dá especialmente no prazo de criação do Conselho de Acompanhamento Social do Sistema Nacional de Educação, bem como das comissões bipartites e tripartites. Elas deveriam ter um prazo máximo de 30 dias para a sua criação e não de 120 dias, como está na versão proposta. Portanto, sugerimos alteração no art. 41 da proposta, acrescentando o Conselho de Acompanhamento Social do Sistema Nacional de Educação e mudando o prazo de 120 para 30 dias para a sua criação.

Da mesma forma, não concordamos com que o Foncede não esteja contemplado na Comissão Intergestores Tripartite da Educação. Se os Conselhos Estaduais estão contemplados nas Comissões Intergestores Bipartites da Educação nos Estados, não se justifica a exclusão do Foncede na esfera nacional na Comissão Intergestores Tripartite da Educação. Sendo assim, sugerimos, também, a alteração no art. 12 da proposta, acrescentando o inciso IV, de modo a contemplar também o Foncede.

Tivemos também, Senador Dário, uma sugestão do Foncede apresentada a V. Exa., relativa aos Conselhos de Educação, que não foi contemplada neste relatório. Entendemos que os Conselhos de Educação deveriam ter assegurada a participação no Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Educação, que deve ser reverenciado por conta de sua atuação neste momento de pandemia. O Conselho Nacional de Educação foi um grande guardião da educação brasileira. E aqui faço um registro muito respeitoso à Presidente Maria Helena Guimarães.

Por fim, um grande avanço, que precisa ser bem debatido, é o Custo Aluno-Qualidade. O Custo Aluno-Qualidade é um anseio aguardado há anos por toda a comunidade educacional brasileira. É preciso que o texto crie parâmetros mínimos de qualidade. Não é possível que tenhamos escolas em 2021 sem água potável, por exemplo.

Por fim, é sempre bom enfatizar que somos um país continental, com uma infinidade de características geográficas e culturais. É desafiador desenvolver a educação de qualidade diante de tanta diversidade. Por isso, o Sistema Nacional de Educação deve instituir a colaboração entre os níveis de Governo, facilitando o combate às desigualdades existentes na educação brasileira. Organizados em sistema nacional de educação, buscaremos novas alternativas que visam ao desenvolvimento humano e, por consequência, uma educação universal.

Para finalizar, eu quero, em nome do Foncede, agradecer pela oportunidade, pela sintonia.

Que sigamos dando sentido a muitas vidas, construindo o futuro da educação brasileira, possibilitando a implementação do Sistema Nacional de Educação, para que a educação possa alcançar outras dimensões, outros estágios, outras vitórias!

Muito obrigado, Senador Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a valiosa contribuição de V. Sa.

E vamos passar a palavra ao próximo inscrito, o Sr. Luiz Fernandes Dourado, Professor Emérito da Universidade Federal de Goiás (UFG), por dez minutos.



O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e todas.

Eu quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, o Senador Flávio Arns, que é o autor do PLP nº 235, de 2019, e também o Relator, Senador Dário Berger, todos estes dedicados ao tema da educação e a este tema, que é fundante, que é o Sistema Nacional de Educação.

Quero cumprimentar a convidada e todos os convidados, que contribuem com esta discussão de tema que considero da maior relevância, sobretudo, no cenário complexo, como o atual, agravado pela pandemia.

Nós temos que observar o contexto educacional brasileiro e aprovar uma lei de sistema que, de fato, contribua, a meu ver, para a efetivação do direito social à educação, para a valorização dos profissionais da educação e, portanto, numa perspectiva de garantia de financiamentos para a melhoria da educação nacional, tendo por eixo a democratização da educação em todas as estruturas e processos. E chamo a atenção para uma compreensão de sistema como um conjunto articulado, que nos remete à definição dessas diretrizes. Aí vem a articulação com o Plano Nacional de Educação, metas, recursos, estratégias de manutenção e desenvolvimento direcionados a garantir o direito social à educação em todos os níveis – educação básica e educação superior –, considerando também todas as modalidades e etapas educativas,

Então, é esse o eixo, quer dizer, é a partir dessa perspectiva ou dessa concepção que vou trazer aqui alguns elementos a partir de um lugar, um lugar de pesquisador do tema, mas também de alguém bastante envolvido, quando estive no Conselho Nacional de Educação, também nas Conferências Nacionais e também em grupo do próprio Ministério da Educação, juntamente a Carlos Abicalil, a Roberto Jamil Cury, a Romualdo Portela, a Maria Beatriz Luce, a Binho Marques e a Fábio Nogueira, na discussão do PL, e no âmbito do Fórum Nacional de Educação, quando apresentou, à época, uma proposta também de PL. Além de estar acompanhando, no próprio Congresso, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, no caso agora da Câmara dos Deputados, a tramitação do PLP nº 25, de 2019, de autoria da Deputada Dorinha Seabra; o PLP nº 216, de 2019, de autoria da Deputada Professora Rosa Neide; e o PLP nº 267, de 2020, de autoria de Rose Modesto, ambos hoje sob a relatoria do Deputado Idilvan.

Entendo esta audiência pública, então, com o sentido de aprofundar os debates. Destaco aqui a importância, considerando, inclusive, a experiência que tivemos no Fundeb, de cada vez mais avançar num debate articulado entre o Senado e a Câmara dos Deputados, numa perspectiva de avançar nessa tramitação. Acho que a experiência do Fundeb foi bastante exitosa, em que pese o cenário adverso.

Então, quero concordar com algumas falas, que já colocaram que a questão do Sistema Nacional de Educação nos remete aos pioneiros da educação, quer dizer, aos anos 30 no Brasil, mas, de lá para cá, muitas perspectivas se colocaram, inclusive tentativas mesmo de se estabelecer um capítulo do sistema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo aí por instrumentos mecanismos de participação e de gestão democrática.

Na atual Legislatura, nós temos, na Câmara dos Deputados, quatro projetos, envolvendo o DEM, o PSDB, o PT e o PSDB, e este, no Senado, já com o relatório. E, como eu já fiz referência, a relatoria do Deputado Idilvan, no caso da Câmara.

Quero sinalizar que acho fundamental buscarmos aproximações entre Senado e Câmara, exatamente numa perspectiva de diálogo e de entendimento, para avançarmos e conseguirmos, de fato, ser exitosos na aprovação de um Sistema Nacional de Educação com essa perspectiva que se coloca.

Quero também lembrar que já tivemos várias tentativas anteriores, no próprio Parlamento, mas também no Fórum Nacional de Educação, entre 2015 e 2016, de lá pra cá, a questão das Conferências, um documento do Ministério da Educação, em 2015 e 2016. Então, com isso, destacamos que há um acúmulo nessa discussão. E as Conferências Nacionais de Educação, as Conaes de 2010 e de 2014 e a Conferência Nacional Popular de Educação de 2018 trazem ativos que considero já com alguma maturação e indicações



que podem contribuir para que se avance mesmo para um texto robusto do Sistema Nacional de Educação.

A meu ver, é importante tratar o SNE com a sua complexidade.

Então, eu gostaria de chamar atenção para o fato de que, às vezes, uma perspectiva ou um texto muito enxuto pode ser mais um entrave do que, de fato, garantir avanços e perspectivas neste campo.

Chamo a atenção para o comando constitucional, art. 23, e para os dispositivos da lei do PNE, relativos à cooperação federativa e educação e, em relação ao CNE, que reivindicam uma lei complementar que, a meu ver, detalhando as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcione os meios de acesso à educação com fixação de normas para a cooperação entre esses entes federados, visando a cumprir o preceito constitucional de equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar nacional.

Nesse sentido, faço um destaque e, essa legislação aqui se analisada, fala em educação, portanto, em uma visão sistêmica do conjunto da educação, o que implica pensarmos um SNE direcionado para a educação básica e educação superior – isso me parece uma questão bastante fundante – e, sobretudo, garantindo contemplar no texto as interconexões entre a educação básica e a educação superior.

Acredito ainda que é preciso, ademais, dialogar e consultar as entidades da educação, da educação pública, sobremaneira, exatamente pelo próprio papel desta perspectiva. Envolver e engajar essas necessidades, penso que é crucial para fortalecer o texto.

Quero parabenizar os Senadores e as Senadoras por esse esforço de escuta, desejando que tenhamos a possibilidade de mais desdobramentos.

Postas essas considerações gerais, farei agora... analisarei alguns pontos – obviamente, fiz aqui um conjunto de pontos, mas, em função do tempo, não será possível tocar em todos, mas vou chamar atenção para alguns.

No primeiro momento, acho que em relação às disposições preliminares, princípios, diretrizes e objetivos do CNE, penso que são delimitações centrais demarcar qual concepção de educação desejamos imprimir. Todas as falas aqui o fizeram a partir de um lugar, sobretudo, pensando nessa lei complementar e na perspectiva de quorum qualificado e estável inerente às mesmas.

As conferências de educação e os próprios movimentos do campo. Eu destaco o PL 216, da Deputada Rosa Neide, na Câmara, que chama atenção para a perspectiva de formulação de um Fórum Nacional de Educação democrático, dando aí a centralidade a esse processo e chamando que a intenção do CNE é garantir o direito da educação a todos e a qualquer um, independentemente do território em que nasceu ou viva. E, nesse sentido, tem que ser harmônico com princípios da educação nacional e ratificador de responsabilidades do poder público na garantia da educação básica e superior.

Com relação à composição do SNE, ou seja, suas estruturas, destaco entender ser fundamental tratar e detalhar a composição dessas instâncias e comissões permanentes de pactuação. Acho superimportante as comissões tripartites e bipartites de pactuação federativa, mas acho necessário um nível de detalhamento na perspectiva de se ampliar toda essa discussão.

São importantes essas comissões, mas também garantir, com paridade, um diálogo social com outros organismos do Sistema Nacional de Educação, como os conselhos e fóruns participativos, que a meu ver devem ser incluídos no texto legal.

Bom, quando faço referência a esses organismos, o faço numa perspectiva de um sistema nacional que avance na perspectiva de um federalismo cooperativo, de uma concertação na atuação dos entes e, portanto, num efetivo compartilhamento do poder decisório.

Eu tenho trabalhado muito a categoria descentralização qualificada e gostaria aqui de ratificá-la, no sentido de pensarmos esse compartilhamento do poder decisório sem abrirmos mão, obviamente, da prerrogativa da União na coordenação do papel das políticas educacionais, mas também considerando a



autonomia dos demais entes federados.

Então, acho que este tema é central: não confundir instituição ou regulamentação do SNE a um reforço necessário apenas nas arenas interfederativas. Elas são importantes, mas não são suficientes. Penso que é preciso prever a criação de arenas federativas para compartilhamento; quer dizer que está somada às instâncias colegiadas de participação e democratização.

Em relação às instâncias, nossa avaliação é que é preciso detalhar, especificar o quanto possível, e é preciso prever a relação dessas instâncias interfederativas com o Fórum Nacional de Educação, esperando um Fórum de Educacional de Educação democrático e um Fórum Nacional de Conselhos da Educação nessa perspectiva. Além do Fórum de Acompanhamento do Piso, já previsto no PNE, com efetiva participação dos trabalhadores em educação.

Ressalto ainda, já finalizando, que uma lei de sistema, a meu ver, precisa necessariamente ampliar o diálogo social e os organismos de participação e democratização. Nessa direção, é preciso, inclusive, ter uma sintonia com o Plano Nacional de Educação. Vamos ver lá, por exemplo, a Estratégia 17.1, em que está articulada a perspectiva do piso salarial, com a participação dos trabalhadores dessa mesa da educação.

Então, tratar, por outro lado, também de um detalhamento do Fórum Nacional de Conselhos como instância de consulta regular e de coordenação normativa e que considero de extrema importância, tal como temos aí a estância de intergestores, envolvendo Consed, Undime, etc.

Bom, os fóruns dos conselhos de educação, fortalecendo aí os conselhos estaduais, distrital e municipais, Fórum de Acompanhamento do Piso, como previsto no Plano Nacional de Educação, além desse avanço na participação e no controle social. Isso implica um Fórum Nacional de Educação efetivamente democrático e o reconhecimento das conferências de educação sem o controle do Governo, com autonomia. É o que tem feito hoje o Fórum Nacional Popular de Educação. E a questão que eu trago é: faz sentido instituir um controle social no CNE, se pode haver um fórum nacional estável, autônomo, representativo, e, portanto, democrático? Então, essas são questões importantes.

Em relação às tentativas de regionalização e cooperação dos territórios, essa é uma questão que eu penso fundamental, sobretudo se nós considerarmos a dimensão do nosso País e se ratificarmos pilares do SNE como público, estável e instrumento de planejamento das políticas de Estado na educação.

Quero destacar que nós já temos alguns acúmulos. E chamo a atenção, particularmente, para um relatório consistente, na minha avaliação, do Ministério da Educação, de 2012, que chama a atenção à questão da estabilidade, à transparência dos pactos e sinaliza para a construção de instrumentos jurídicos fortes, permanentes, transparentes e públicos.

E aí, nesse sentido, é importante essa fala, ao enfatizar, por exemplo, os consórcios públicos, em detrimento aos ADEs por exemplo, numa perspectiva de reforçar o recurso público para a educação pública, em contraposição à interpenetração esfera pública e esfera privada, em detrimento do público.

A questão dos territórios étnicos educacionais, acho que é uma outra questão importante.

Por outro lado, destaco também que é importante tratar dos instrumentos federativos, mas é necessário afirmar a integração, desses, por exemplo, PAR e planos de educação, como referência de planejamento.

Então uma lei do sistema, ao meu ver, precisa ser afirmativa em relação ao caráter vinculante desses instrumentos. Particularmente, destacando aí o papel do Plano Nacional de Educação, que tem sido secundarizado no momento político do Brasil. Então um texto de SNE tratar desse Sistema Nacional de Avaliação, nos moldes do PNE, que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, muito mais complexo, envolvendo dimensões intra e extraescolares, numa perspectiva mais abrangente, que já tem sido inclusive objeto de proposição por parte de pesquisadores do Inep. E de igual modo consolidar os sinais



nessa perspectiva de pensar no sistema para a educação básica e superior. E aí enfrentar, obviamente, a questão do CAQ, face mesmo ao avanço da Emenda Constitucional 108, de 2020.

O SNE, a meu ver, é uma oportunidade para avançar no modelo de financiamento que exija mais recursos da União, sobretudo via Fundeb para implementar o Custo Aluno Qualidade. E isso acho que é uma perspectiva e é o que se espera da ambiência da legislação.

Bom, importante também se quisermos trabalhar com indicadores de equidade e ação supletiva para equidade, pode ser importante ratificar em lei a obrigatoriedade da existência de um sistema público de informações sobre orçamento público em educação, de caráter obrigatório, de modo a assegurar transparência na totalização dos recursos financeiros. Penso ainda que um PLP, a meu ver, tem que dar as ênfases devidas considerando as questões atinentes à diversidade social numa perspectiva de lei que seja o mais includente possível.

Bom, poderíamos falar outras coisas, mas, para não me adiantar, quero ratificar então que a construção de um verdadeiro SNE, enquanto um conjunto unificado que articula os aspectos da educação, como diz o Saviani, tem que ter normas válidas para todo o território nacional e procedimentos também comuns, visando a assegurar a educação com o mesmo padrão de qualidade para toda a população do País.

Se for apenas um guarda-chuva para abrigar 27 sistemas será uma formalidade, mas eu entendo que não é essa a perspectiva, e é por isso que estou aqui ratificando um CNE robusto.

Agradeço a todos pela atenção e quero, uma vez mais, cumprimentar o Senado Federal, em particular esses Senadores que aqui destacamos, por esta rodada, reafirmando que podemos e devemos avançar na aprovação de uma lei de um Sistema Nacional de Educação que tenha por eixo a gestão democrática e, portanto, a defesa da educação pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós não estamos ouvindo V. Sa.

Houve um problema aí no seu computador.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Nessa parte final?

Vou voltar então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O som está aberto, mas não estamos ouvindo.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Melhorou agora?

Melhorou, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não estamos ouvindo.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Agora, porque foi desativado o som.

Agora voltou.

Então, só para finalizar, colocando aqui como apontamento final, chamando a atenção para essa perspectiva e a defesa de um sistema nacional de educação, como diz o Saviani, como um conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não estamos ouvindo V. Sa. O som não está chegando aqui.

Vocês estão ouvindo aí? Pois é, aqui na sala não está... Houve um problema aqui na sala.

Só um instante, para ver se os técnicos resolvem. (Pausa.)

Vocês estão me ouvindo? Fala alguém aí para... (Pausa.)

Luiz Fernandes, fale aqui com a gente.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Agora, consigo ouvir. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) –



Está perfeito.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Então, vou para as palavras finais.

Chamei a atenção para a importância do CAQi e também para ratificar em lei a obrigatoriedade da existência de um sistema público de informações sobre o orçamento público em educação de caráter obrigatório, de modo a assegurar transparência na totalização de recursos financeiros destinados pelos entes federados à educação, inclusive para fins de complementação do Custo Aluno-Qualidade. Então, eu penso que essas são questões fundantes.

Destaquei também a questão relativa à diversidade, numa perspectiva de que o CNE contribua para uma política educacional cada vez mais inclidente.

E, finalizando, a defesa de um verdadeiro Sistema Nacional de Educação. Nos moldes que entendo ser essa a prerrogativa e a preocupação do Senado Federal brasileiro, quero aqui ratificar a posição de Saviani, que entende que é preciso tratá-lo como um conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação no País inteiro, com normas comuns válidas para todo o Território nacional e com procedimentos também comuns, visando a assegurar a educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do País.

Então, com essa perspectiva, quer dizer, pensando aí numa janela de descentralização e num federalismo cooperativo, a descentralização qualificada, que, ao mesmo tempo em que ratifica o papel da União na coordenação das políticas educacionais, não negligencia nem secundariza a autonomia dos demais entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios –, mas cria nessa sinergia a possibilidade da efetivação de um Sistema Nacional de Educação democrático e robusto.

Posto isso, eu agradeço a todos pela atenção.

Quero cumprimentar, uma vez mais, o Senado Federal por esta rodada, entendendo e reafirmando que podemos e devemos avançar na aprovação de uma lei do Sistema Nacional e Educação numa perspectiva, quer dizer, de sistema que cubra todos os níveis da educação nacional – educação básica e educação superior –, com sinalização de elementos fundantes para a garantia da democratização do acesso, permanência e qualidade social para todos e todas.

Muito obrigado, Senador.

Sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a contribuição de V. Sa..

Concedo a palavra ao último palestrante da manhã, o Sr. Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), por dez minutos.

Com a palavra, Sr. Romualdo.

O SR. ROMUALDO LUIZ PORTELA DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todas e todos. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e cumprimentar os Senadores presentes, em particular o Senador Marcelo Castro; o Senador Dário Berger, pela relatoria; o Senador Flávio Arns, pela proposição; o Senador Izalci; os demais convidados.

O conjunto das exposições sinalizaram uma convergência bastante grande. É importante assinalar isso e construir convergências a partir dos envolvidos diretamente na área de educação, para que as proposições tenham trânsito mais tranquilo nas duas Casas. Nessa perspectiva, uma articulação, como já foi feito no caso do Fundeb, entre o Senado e a Câmara, é muito importante.

Acho que essa discussão – para a população em geral e, mesmo na área de educação, para quem não está diretamente envolvido nela, – é bastante confusa, porque todo mundo põe tudo aí dentro.



Queria começar dizendo o que me parece essencial em uma lei de sistema. Ela tem que ter uma definição de competências do sistema, ou seja, o que se faz; quem compõe esse sistema; como ele decide; e qual o alcance das decisões. Se não existir uma resposta a essas quatro questões, ela apresenta problemas. Por isso, não me preocupo muito com questões importantes, mas que, em princípio, não são objeto da lei do sistema, ainda que o sistema, se tiver uma capacidade de tomada de decisão, pode ter um papel decisivo nestas questões.

Então, queria começar elogiando o relatório, que avança bastante, é enxuto e permite, nessa perspectiva, uma sistematização dessa questão que acho proveitosa. Queria começar o meu conjunto de observações – e não são muitas –, chamando atenção de que, apesar de a temática do sistema ser uma temática que nos persegue desde o manifesto, ela tem uma característica hoje que tem que ser reconhecida.

Vejam: nós discutimos sistemas durante a Constituinte. A discussão que nós tivemos lá sobre sistemas não é a mesma que nós temos agora, porque, naquela ocasião, discutia-se Sistema Nacional de Educação verso a existência de vários sistemas: do sistema federal, dos sistemas estaduais e dos sistemas municipais. Essa é uma questão vencida. Nós temos os vários sistemas. Portanto, nós estamos discutindo o sistema nacional com a existência destes sistemas; não é um contra o outro, como era o debate na época da Constituinte. A Constituição pacificou essa questão.

Nessa perspectiva, digamos... Nós estamos tratando de qual é a articulação possível entre os sistemas nos termos do art. 23 da Constituição. Portanto, trata-se, precisamente, de um sistema de sistemas, e acho que não podemos perder isso de vista. Acho que este é um primeiro ponto que me parece valer a pena pacificar, e acho que, de alguma maneira, ele está bem tratado no relatório.

O segundo ponto, que, de alguma maneira, algumas falas anteriores mencionaram, mas eu queria destacar a do Professor Héleno e a do Professor Luiz Fernandes Dourado, é que nós temos que conviver, nesta discussão, com determinados dispositivos legais que, efetivamente, não são cumpridos. Nós temos uma contradição com isso e temos que enfrentar essa questão. Por exemplo, eu acho muito importante que o relatório fixe que o sistema tem como função cumprir o Plano Nacional de Educação, mas nenhum de nós aqui acha que esse plano vai ser cumprido até 2024, certo? Por quê? Porque não tomamos as iniciativas cabíveis que permitiriam que ele viesse a ser cumprido. Portanto, a elaboração da proposta desse sistema tem que dialogar com essa contradição.

Da mesma forma a questão do piso. Nós temos uma lei do piso que é um deus-nos-acuda para cumprir todo ano. Portanto, acho que a articulação e a definição que a lei do sistema vai dar tem que dialogar com essas dificuldades práticas, porque, senão, a gente faz uma coisa como os planos que são engavetados, rigorosamente, não é? Portanto, nós temos que pensar e dar respostas para esses problemas. São problemas complexos, mas que têm que ser enfrentados.

E, nessa perspectiva, acho que não dá para a gente não sinalizar que há uma incompatibilidade entre a realização do direito à educação formulado na nossa legislação de uma maneira geral, formulado no Plano Nacional de Educação, com a Emenda 95; ou seja, não falar nada da Emenda 95 é, de novo, a gente entrar naquela história de que faremos uma lei com grande risco de não ser cumprida.

Portanto, eu acho que, digamos assim, do ponto de vista legislativo, nós temos que resolver esse imbróglio. Nós queremos uma lei que seja cumprida ou que tenha condições políticas de ser cumprida.

Nessa perspectiva, então, eu queria trabalhar algumas observações tópicas muito localizadas que me parece importante a gente enfrentar.

Do art. 35 eu gostei muito, mas eu acho que faltou uma coisa no acompanhamento do plano. Acho boa a história de, no nono ano, você começar a discutir, o sistema começar a discutir a perspectiva de renovação do plano, mas há uma ideia que está presente nesse plano em vigor que eu acho importante a gente resgatar, que é a ideia de um controle intermediário, ou seja, você ter uma avaliação da execução do



plano com cinco anos. Por quê? Porque, se você leva dez anos para constatar que o plano não foi cumprido, você perdeu dez anos do ponto de vista da educação. Então, você ter um controle intermediário que diz "olha, até aqui foi cumprido isso, não foi cumprido isso..." e você ter condições de ajuste de rumos.... Eu não sei. Está sendo cumprido e você tem desafios novos, pode fazer ajustes. Eu acho que a ideia de um controle intermediário é importante exatamente para você não levar dez anos para descobrir que não cumpriu e, portanto, você ter esse problema. Então, esse me parece um ponto importante. O outro ponto que eu acho que vale a pena a gente enfrentar... Eu gostei muito da ideia do controle tripartite, do controle bipartite no nível estadual, mas me parece que há um problema conceitual aí que valeria a pena discutir: a não participação da sociedade civil, ou seja, você fica só com uma articulação de entes governamentais, você já tem uma composição que pode ser claramente majoritária, mas você não ter nenhum representante da sociedade civil é um problema do ponto de vista conceitual.

E é um problema conceitual porque, quando você chega ao conselho social de acompanhamento do sistema nacional, você tem 18 membros, sendo nove governamentais, mais o CNE, que com essa formulação que existe hoje, o CNE é um órgão subordinado ao Ministério da Educação. Então você tem, num conjunto de 18 membros, dez governamentais; ou seja, é um conselho com pouca participação da sociedade civil exercendo a fiscalização etc. E nós temos uma composição aí que é bastante pluralizada. Então me parece que essa ideia de composição do conselho de acompanhamento não está em acordo com essa ideia de que, de fato, você quer um controle da sociedade civil sobre o acompanhamento do plano.

E aqui me parece que vale a pena enfrentar um pouco uma distribuição de responsabilidades, com mais clareza entre o controle tripartite, o controle bipartite e o conselho de acompanhamento. Acho que uma mais precisa definição de competências aí é importante.

E por último, o que eu acho que é uma questão sobre a qual valeria a pena a gente se debruçar, eu acho que o Professor Dourado tocou nela, mas que me parece importante a gente enfrentar, é que quando a gente coloca Fórum Nacional de Educação hoje, não é a mesma coisa que a gente falar, por exemplo, na época em que foi aprovado o Plano Nacional de Educação, sobre o Fórum Nacional de Educação, porque neste momento, nós temos duas articulações que são fóruns nacionais, ou seja, não é possível a gente fazer de conta que não houve um conflito com o Governo Temer, que fez com que uma parcela da sociedade civil organizada se retirasse do atual Fórum Nacional de Educação, que está completamente esvaziado, não é? A sociedade civil organizada está no Fórum Nacional Popular de Educação, e isso, há que se dialogar com isso na elaboração da lei. São problemas complicados? São, mas se a gente não os enfrenta, o risco de você ter uma lei que vá para a gaveta é muito grande. E o sistema é uma coisa muito preciosa para a educação brasileira, para que a gente não enfrente esses problemas e tente dar um equacionamento.

Agora, a gente nem colocar na mesa significa que a gente não vai enfrentar e não vai buscar uma construção que seja, digamos assim, de convergência, que é um pouco o espírito que eu senti no relatório e que torna, digamos, esse relatório muito potente, exatamente porque ele representa uma possibilidade de convergência. Mas para isso, temos que enfrentar alguns problemas que são complexos, mas fazem parte da tarefa legislativa.

Eu queria concluir, então, agradecendo a oportunidade e cumprimentar mais uma vez o Senador pelo esforço realizado. Eu tenho certeza de que a próxima versão vai estar num patamar superior, que já está muito bom.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a colaboração do Sr. Romualdo, que, com muita profundidade, analisou a questão da legislação, do parecer do Sistema Nacional de Educação, e foi o último orador, vamos passar agora à etapa das interpelações.



Estão com as mãos levantadas o Senador Izalci, o Senador Flávio Arns. Concedo então, pela ordem, a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar convidado.) – Presidente, primeiro eu quero saudá-los, cumprimentá-los pela iniciativa. Acho esse debate muito importante.

Tive uma certa decepção, porque fiquei dois mandatos na Câmara e participei ativamente, inclusive visitando, discutindo no Brasil todo, o Plano Nacional de Educação. Ficou, infelizmente, como a gente já temia, um plano de meras intenções, porque, de fato, não foi executado.

Eu tive o privilégio de relatar recentemente – V. Exa. me incumbiu disso – a questão do Tribunal de Contas da União, que levantou a questão do cumprimento das metas. Como foi dito aí, não se cumpriram as metas e ficou por isso mesmo, não aconteceu nada. Então, a grande preocupação nossa, minha em especial, é que nós não temos uma política de Estado, não temos uma obrigação de cumprimento, não se valoriza quem busca aperfeiçoamento, se dá um tratamento igualitário para quem faz e para quem não faz. Então, é uma discussão importante essa.

Lógico, a gente só vai conseguir sucesso nesse projeto... Evidentemente, depende de regulamentação, praticamente todos os artigos dependem, depois, de uma regulamentação. Nós só vamos conseguir se fizermos juntos, o Executivo e o Legislativo, o Governo – tem aí o representante do MEC. Acho que neste debate, com todo o respeito, o Ministro deveria estar aqui, pelo tema, pela importância do tema, assumindo o compromisso de, de fato, abraçar essa causa, que é uma causa antiga. Mas vamos tocando, a gente tem que fazer o que pode, o que é possível.

Quero parabenizar o Senador Flávio e também o nosso querido Senador Dário Berger, que foi o nosso Presidente da Comissão, por esse projeto, por esse relatório. Algumas coisas me preocupam na educação. Primeiro, quero também dizer que foi para mim uma honra relatar o Fundeb, foi um desafio imenso e o aprovamos.

Presidente, duas coisas não sei como podemos aperfeiçoar. Primeiro, gostei muito da última fala do Romualdo. De fato, precisamos incorporar a sociedade civil organizada às empresas. Eu tenho uma preocupação imensa com o itinerário profissional. Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia e trouxe para a secretaria a educação profissional. Agora, nós temos que oferecer aos nossos alunos um itinerário profissional. Eu, sinceramente, vejo muitas dificuldades de implementação, tendo em vista que o professor, o melhor professor de educação profissional, é quem está no chão da fábrica, quem está na atividade do dia a dia. Não adianta trazer profissional concursado se ele não estiver no mercado, atuando. Segundo, temos que estar envolvidos diretamente com o mercado. A formação profissional é para atender o mercado. Nós estamos passando uma fase agora, Presidente, em que só o setor de tecnologia tem uma carência de 600 mil profissionais – que não existem! Você pega a Dinamarca, esses países europeus, 60% dos jovens lá fazem curso técnico. Nós não chegamos a 10%! Fizemos aí o Pronatec, depois, virou politicagem, porque botaram R\$14 bilhões e nem pagaram isso. Então, houve desestímulos ao Pronatec. A gente tem que rever isso.

Então, a gente vai ter que... É lógico que, agora, o 5G talvez possibilite umas parcerias maiores com o Sistema S, que tem muitos problemas, mas eu digo que não existe ninguém hoje no Brasil, e talvez no mundo, que qualifique tão bem quanto o Senai, quanto o Sesc.

Então, a gente tem que ter nesse caso da educação profissional muito cuidado, um cuidado especial, para a gente poder, realmente, atender o mercado, que vai mudar todo dia. Daqui para frente, Presidente, a educação profissional, todo semestre, muda tudo. O profissional tem que estar superqualificado no dia a dia.

Então, eu me preocupo com a educação profissional, com a educação infantil – pelo amor de Deus!



A base da casa é a estrutura, a estrutura da educação é a educação infantil. Não tem sentido a gente largar para os Municípios essa competência se eles não têm recursos. As pessoas moram lá no Município, não é aqui na União, nem no Estado.

Então, eu gostaria aqui de falar mais meia hora, mas, como meu tempo é limitado, eu vou apresentar algumas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, o tempo não é limitado para V. Exa., não. Pode falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode falar à vontade aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está certo.

É porque, na prática, Presidente, a gente tem que estar mais junto mesmo com a sociedade civil, com as empresas nesse aspecto. A gente precisa de, como aprovamos agora no Fundeb, recursos destinados à educação infantil. Temos que fechar logo isso para começar mesmo a atender, a partir da creche, todos os nossos alunos.

Eu não vou dizer... Eu tenho uma netinha aqui, não posso deixar de falar dela, um de dois e um de quatro. Cara, a minha netinha de quatro já fala inglês, pega meu celular, faz mais do que eu, com quatro anos!

Então, essas coisas temos que levar em consideração. Não dá para você também... Por exemplo, na questão aí que nós temos do Prouni, o Fies, nós temos que direcionar isso para as necessidades do País. Não adianta ficarmos formando administradores, economistas para ficarem desempregados. O Governo tem que direcionar para onde se precisa. Cadê os físicos, os químicos, os engenheiros? Temos que compatibilizar isso.

Então, Presidente, nós vamos debater, este é o primeiro debate sobre o Sistema. Parece que é um projeto que é óbvio. Quando você lê isso aqui, até, a pessoa fala assim: "Poxa, não é assim? Não é? Porque essa lei... Deveria, é óbvio, ser isso!"

Então, Senador Flávio, parabéns pela proposta!

Senador Dário, meu Presidente, eterno Presidente, também, da Comissão de Educação e, agora, com o Marcelo, que também é um craque, que tem tudo para liderar esse processo.

Então, é só para agradecer aos expositores e colocar: olha, precisamos valorizar quem faz uma educação melhor: meritocracia. A escola que conseguiu avançar mais, tem que ganhar mais para incentivar as outras também.

É isso, Presidente.

Obrigado. Já estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós que agradecemos a contribuição valiosa de V. Exa., como sempre dedicado às boas causas do nosso País, em especial à causa da educação.

Passamos a palavra, então, ao Senador Flávio Arns, com muita honra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar convidado.) – Agradeço.

Eu quero cumprimentar o Izalci Lucas, Senador, que também é Vice-Presidente da Frente Parlamentar pela Educação. Então, é uma pessoa que se dedica muito à educação. Isso o Brasil precisa saber.

Quero cumprimentar V. Exa., Senador Marcelo Castro, Presidente da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e também ressaltar para os expositores e para o Brasil a liderança do Senador Marcelo Castro, sempre presente, atuante, defendendo as ideias boas, necessárias para a educação e presidindo esta



e outras sessões temáticas relacionadas à área, o que é muito importante. A Presidência está também participando desse processo. Então, isso é fundamental.

O Senador Dário Berger, que presidiu a Comissão de Educação, como ele já disse, em 2019/2020, quando eu tive a oportunidade de ser seu Vice-Presidente naquela ocasião e fui testemunha da importância, como ele mencionou, de dois projetos fundamentais, de duas iniciativas que ele priorizou: o Fundeb e o Sistema Nacional de Educação.

O Fundeb, inclusive, em 2019, foi estabelecido como política pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para aquele ano. Então, muitas audiências públicas naquele que foi o ano anterior à pandemia. E, agora, o Senador Dário Berger relatando o projeto de lei do Sistema Nacional de Educação, o que dá segurança e tranquilidade.

Eu não quero propriamente fazer perguntas, mas só recordar um fato que vários dos expositores lembraram: o trabalho articulado para a aprovação do Fundeb. De fato, foi um trabalho muito articulado entre Câmara e Senado. As Consultorias das duas Casas trabalhavam em conjunto. Eu próprio, como Relator no Senado, e a Deputada Dorinha, na Câmara dos Deputados, fizemos várias reuniões, nós dois presentes, juntos também, como Relatores, mas a própria Comissão Especial da Câmara colaborou muito com isso. Refiro-me ao Deputado Bacelar, o Idilvan, a Rosa Neide e outros tantos que vocês já mencionaram no decorrer da audiência pública.

Mas não foi só a articulação entre Câmara e Senado; foi o que está acontecendo no dia de hoje: a articulação com a sociedade. Então, a sociedade participou do processo, sugeriu, recomendou alterações, acréscimos, discussões, princípios mais claros, que é exatamente o que está acontecendo na audiência de hoje e que está acontecendo lá na Câmara também.

Então, essa sintonia... Eventualmente, um ou outro pode achar que estamos gastando tempo, mas eu diria que nós, no processo legislativo, estamos economizando tempo, porque aquilo que está de acordo com o que a sociedade pensa e com o que as duas Casas almejam, em sintonia, aprova-se com muito mais facilidade. E o resultado disso foi que, naquela ocasião, foi aprovada por consenso, no Senado, a Emenda Constitucional e, posteriormente, a própria legislação que regulamentava o Fundeb.

Então, o Sistema Nacional de Educação é muito importante, necessário. O Senador Marcelo Castro, desde o primeiro momento, procura ver na Câmara quais são as diferenças, dificuldades, se há conflitos entre o pensamento de lá e o daqui, o Senador Dário Berger também.

Então, vamos continuar fazendo esse entrosamento para chegarmos à conclusão do relatório do Senador Dário Berger. Coloco-me à disposição também para colaborar no que for necessário, para que a gente possa ter um bom projeto para a educação brasileira.

Eu quero parabenizar: gostei muito, escutei todas as apresentações. Continuemos todos firmes nessa caminhada. É tanta gente qualificada, boa, com tantas ideias e tanta reflexão, que isto tudo vai beneficiar, e muito, a todos os brasileiros e brasileiras, porque não tem outro caminho que não seja a educação.

Eu nunca digo educação como prioridade, eu sempre digo educação como prioridade absoluta, acima de todas as outras. Há a economia e tal... tudo está em função da educação, a educação é chave para tudo aquilo que o Brasil precisa.

Um abração para todos, agradeço, Presidente Senador Marcelo Castro, e deixo um abraço para todos os expositores, Senadores e Senadoras também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos pela contribuição de V. Exa., sempre muito atento a essa área da educação, é o nosso mestre!

Passo a palavra, agora, ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para



interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer a todos que estão presentes aqui conosco, em primeira mão; a todos os participantes desta audiência pública, porque nos ajudam a construir a legislação, a construir o debate.

Evidentemente, quero parabenizar o Senador Marcelo Castro pela condução; o Senador Dário Berger, o Senador Flávio Arns pela construção conjunta desse relatório, desse projeto de lei importante e, como disse um dos palestrantes, é um sistema de sistemas.

O Brasil é um país tão grande, não é? E, em vários lugares, Senador Izalci, na indústria, no comércio, em vários setores, nós temos que fazer – na saúde pública, no SUS –, sistemas de sistemas, porque temos essas múltiplas jurisdições, múltiplos campos de ação, múltiplos campos de gestão pública: municipal, estadual e federal. E, obviamente, na maior parte das vezes, isso gira em torno de recursos.

Mas, antes de falar disso, quero valorizar muito esse debate e destacar a necessidade de aprofundamento, de atualização constante desses temas e, principalmente, dos princípios.

Eu gostei, particularmente – até imprimi – a apresentação do Daniel Cara, com os artigos da Constituição. Parece para nós um pouco redundante – nós, Senadores da República –, mas para a sociedade, e até mesmo para nós, é sempre bom rememorar esses princípios que fundamentam, na Constituição, e no dia a dia, o conceito claríssimo... Inclusive, para quem está na escola, hoje, assistindo a nós ou quem está acompanhando o setor de educação e é partícipe dessa comunidade gigantesca das pessoas que educam e que são educadas, o princípio da educação pública gratuita, laica, acessível, universalizada, transformadora, social, humanamente, economicamente. Esse é o princípio que legisladores constitucionais quiseram colocar ao País.

Então, isso está imposto, no bom sentido, no melhor sentido possível, imposto pela nossa Constituição. Não há sequer o que discutir sobre isso. Hoje, eu deparo com discussões sobre este tipo de assunto: projetos de "voucherização" da educação. Isso vai de encontro, é um aríete arremetido contra esses princípios constitucionais, de forma util, disfarçada, bonitinha, mas é um atentado a esses princípios. E várias outras discussões que vemos hoje.

Por isso, esse tipo de discussão aqui com gente que constrói todos os dias e que constitui assim essa defesa constante é muito importante. Inclusive, nós Senadores, que militamos, digamos assim, na defesa da educação, cada um com a sua visão, às vezes, com um conceito ou outro diferente, mas todos aqui em prol, como eu disse aqui, da educação pública, gratuita, laica, acessível, universal, transformadora. E um exemplo disso, pessoal, é que nós ainda continuamos tendo que defender o Fundeb, diuturnamente, apesar de ele ter sido colocado na Constituição como política de Estado; e nós, o tempo todo, temos aqui que garantir. E não é só ao Fundeb. Há outros ataques.

Quero falar um pouco, por exemplo, da questão da desvinculação das receitas. Há proposta, minha gente, amigos Senadores e demais participantes, importantes formadores da opinião pública e do setor da educação... Não vamos nos esquecer de que nós estamos num País e numa época em que o Ministro da Fazenda e o Presidente da Câmara estão propondo a desvinculação de 100% dos recursos orçamentários. Isso é uma coisa... É quase que pegar a Constituição, pegar uma criança e tentar convencê-la de que o melhor é uma outra coisa completamente diferente da Constituição. É pegar uma pessoa ingênuas, as pessoas que não acompanham toda a estruturação de por que o Orçamento brasileiro é vinculado e por que a maior parte dos países tidos como mais avançados e até outros, mais ou menos no mesmo nível do nosso, têm o mesmo tipo de situação: Legislativo, discussão de Orçamento, vinculação, sim. Poxa, vinculando 15%, 18% da educação e saúde, pelo amor de Deus! Aí achar que isto, aspas, nas matérias: "Eles têm dinheiro demais! O problema não é dinheiro, é gestão". Quem aqui concorda com isso? A educação tem dinheiro demais? O problema da educação é gestão? Os gestores são obrigados a gastar! Esses argumentos são *fake*! São argumentos *fake*, não podem prevalecer.



E parece para nós, mais próximos do setor, da realidade, que isso é bobagem de internet. "Não, isso aí não vai pegar. Pelo amor de Deus, ninguém vai acreditar nisso!" Mas acreditam, vai à frente, tanto que chega uma discussão no Congresso sobre desvinculação total no Orçamento, de 100%, de setores que a gente sabe que são historicamente subfinanciados, com as quais a gente tem problemas à frente. Por mais que um Governo articule e atue bem, como alguns atuaram recentemente, não resolve todos os problemas, porque não chega ainda. Aí, dizer que está com dinheiro demais e que o problema é gestão? Eu acho que, se me permite mais tempo, rapidamente, Senador Marcelo, a discussão aqui é se nós queremos, de fato, ser um país...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode falar, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos aqui fazer o retrato de um país vassalo, Senador Izalci.

Ricos exportando *commodities* – gora vocês vão imaginar um país do café, da República Velha, mas é um país atual, ou da cana; ricos exportando *commodities* – e comprando luxos; Governo construindo estradas e portos exclusivamente para eles, porque a estrada que a população usa para ir para os assentamentos da agricultura familiar não presta, mas as estradas para escoar a produção de soja para o chinês comer, na forma de porco, vão ser reformadas e estruturadas; povo como plano B de consumo – a economia gira para exportar, o plano B é vender para o povo aqui dentro –; submissão a preços internacionais – nós estamos pagando gasolina a preço internacional, energia a preço internacional, gás de cozinha para cocção a preço internacional, Todas as *commodities* que nós vendemos a preço internacional; estamos atrelados ao dólar e ao poder de compra e de controle do comprador dos nossos produtos –; moeda subvalorizada.

Esse é o retrato. O que falta nesta listinha aqui? Orçamento público desvinculado. Aí está tudo... Aí completou a receita completa do país vassalo: orçamento público desvinculado, sem compromisso com a Constituição Federal, com os direitos sociais, porque aí só vai existir atividade que vai dar lucro. As atividades de atendimento social vão sempre ser consideradas gastos.

Por fim, dependência absoluta de países estrangeiros, como mercado, para soja, carne, ferro, frango e como fornecedor de produtos de valor agregado.

Poxa! É o que nós estamos vivendo. E eu estou compondo aqui um cenário que não tem um culpado só não. São vários. Uma sequência de Governos. Todos foram embevecidos por essa tradição histórica nossa.

Eu estou fazendo esse retrato um pouco histórico para chegar justamente nessa questão da educação, de por que a gente precisa o tempo todo, parece um mantra, parece uma missa, todos os dias, rezar isso no sentido de defender pelo menos o que já estava e um investimento crescente na educação e na saúde pública também, por que não colocar? Agora diante da pandemia, de novo, está vindo o argumento de que encheu de dinheiro a cidade e tal e nós estamos discutindo esse processo neste momento.

Talvez tenhamos que abrir uma exceção, porque a pressão dos Prefeitos é enorme. O Senador Izalci e os demais Senadores que nos acompanham sabem bem como está sendo isso, para 21, mas o conceito não pode ser quebrado.

Enfim, também quero contribuir com o debate em relação ao Sistema Nacional de Educação, resgatando aquela visão do Anísio Teixeira, da escola como átomo, da escola como unidade básica. Portanto, qualquer menção à articulação, à colaboração não pode obviamente prescindir da participação efetiva da comunidade escolar como um todo.

E quero fechar, sempre, voltando a falar de recursos, com a valorização dos profissionais da educação. E, aí, a gente está sempre falando sobre carreira, salário, jornada, mas agora a gente também tem que



falar sobre saúde, segurança e segurança, diante da situação de deterioração em que alguns lugares se transformaram.

E, aí, quero falar um pouquinho dessa questão da meritocracia, Senador Izalci, porque há uma forma de incorporar uma certa corrida de mérito, sem ser meritocrática necessariamente, como é a comercial ou dentro de uma empresa, que é a gestão democrática, que está colocada na Constituição Federal, 2006. Se há gestão democrática, os maus gestores serão punidos pela gestão democrática, como nós, Senadores e Deputados, somos punidos quando somos maus legisladores ou maus governantes.

A meritocracia pode trazer – e alguns especialistas vão nos dizer – e deverá trazer distorções, porque nós não somos a Dinamarca. As escolas não são iguais e não estão em ambientes iguais. Há dificuldades de acesso e de permanência, e a escola, às vezes, tem limites.

Então, só premiar quem dá certo vai ser premiar quem está localizado na comunidade certa, com as pessoas certas, no ambiente e no tempo certo *versus* outros que estão lutando para sair de uma situação extremamente negativa. É aquele velho conceito também: a meritocracia é boa quando todos saem da mesma faixa de largada, mas, quando um sai lá trás e o outro sai lá na frente, a meritocracia só aumenta as diferenças, ela não premia nada.

Então, há muitos conceitos, fechando aqui com a primeira frase que eu usei, em que a gente realmente precisa se aprofundar. Portanto, esta importante audiência é mais um passo – e eu acho que é um processo permanente, no caso da educação e da saúde – que a gente precisa sempre levar à frente.

Portanto, são todos sempre muito bem-vindos!

Agradeço a V. Exa. e parabenizo, mais uma vez, o Senador Marcelo Castro, o Senador Dário, o Senador Flávio, o Senador Izalci e os demais que têm participado aqui. Principalmente a todos vocês que nos ajudaram aqui a esclarecer tantas questões. Que permaneçam conosco.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas para a réplica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar convidado.) – Eu ia pedir o art. 14. (*Risos.*)

Meu querido Líder e competente Jean Paul, quando eu falo em meritocracia, em valorizar aquilo em que há uma progressão insignificativa ou não, eu vejo assim: não relacionada a todas. Eu posso valorizar, dentro da própria escola, a evolução de um ano para o outro da mesma escola, nas condições em que ela se encontra.

Então, eu digo, assim, só para esclarecer, que, quando eu falo isso, se eu tenho hoje uma escola que tem o Ideb "A" e, no ano que vem, essa mesma escola, esses mesmos profissionais conseguem "A" mais 10, então ela deve receber e poderá receber alguma coisa a mais, enquanto uma escola de elite ficou estável.

É só nesse sentido, mas nós vamos discutir cada ponto desses.

Eu sou favorável à gestão democrática, mas eu não concordo e, lamentavelmente, está espalhado no Brasil todo... Eu já passei... Eu já tive fases, aqui, na Capital da República. Houve uma primeira fase, em que houve – acho que foi no Governo Cristovam, meu amigo – eleição direta, aqui, na Universidade de Brasília. Olha, minha mãe era servente de escola. Eu estudei na escola em que minha mãe era servente e merendeira, mas a minha mãe não estava preparada na época para ser diretora da escola, e nós tivemos aqui, na Capital da República, algumas escolas cujo diretor que ganhou a eleição era um merendeiro, era um porteiro. Nada contra eles, mas eles não têm essa capacidade de gestão, não foram preparados para isso. Isso avançou. Depois vieram alguns pré-requisitos para ser diretor, tem que se fazer um curso, ter um projeto, etc. Agora o mais comum de haver aqui, inclusive, é simplesmente eleição, muitas vezes com compromissos de políticas, de politiqueiros normais: "Vota em mim que fica liberado, e tudo certo".



Então, nós temos que nos sentar, e cada ponto desses – eu acho –, vários artigos aqui terão que ser regulamentados para, de fato, termos uma melhoria na qualidade da educação.

Outra coisa que também tem que ser ressaltada: sobre a PEC 13, que a Senadora Soraya está relatando, os Prefeitos pediram, e houve argumentos de que o Prefeito não conseguiu gastar na pandemia porque se diminuiu a conta de luz, de água... Eu sugeri ontem que se aplicassem, obrigatoriamente, esses recursos no investimento da infraestrutura da escola. Foi dito que 40% das escolas não têm água potável. Tem que haver tecnologia.

Agora alguns Estados já estão pagando e vão ter que pagar para o aluno voltar. Como o aluno de ensino médio vai voltar para uma escola que não tem perspectiva nenhuma, que não tem internet, que não tem laboratório, que não dá a eles esperança, expectativa?

Então, Jean, só para não ficar assim... Eu sou favorável, sim, a valorizar... Olhe, isso acontece todo dia: a minha sobrinha passou no concurso, há cinco anos, aqui, para professor. Ela estava toda empolgada, em um ritmo frenético e tal... E eu participei disso, porque ela me falava todo dia: "Meu tio, toda vez o pessoal fica falando que não, deixa isso para lá. O que é isso? Não faz isso...".

A gente tem que mudar isso. Então, desculpe-me, mas é um assunto com que eu fico assim... Se eu estou na política hoje, é só pela educação; o resto é resto. Educação para mim é fundamental.

Obrigado, Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ficou bem esclarecido, Senador Izalci Lucas.

O Senador Dário Berger pede a palavra, nosso grande Relator desta matéria tão importante que é a nossa meta para este ano de 2021. No ano passado, foi o Fundeb; neste ano, é o SNE.

Com a palavra o Senador Dário Berger, nosso ilustre Relator, ex-Presidente desta Comissão, que tão relevante trabalho fez à frente da nossa Comissão de Educação.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente Marcelo Castro. Eu quero, evidentemente, agradecer, mas, antes de agradecer, eu quero mencionar o que já foi mencionado e que todos nós sabemos, mas que nunca é demais enaltecer: o setor educacional é estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

A educação pública exerce um papel fundamental para o futuro do País e está sofrendo gravemente, pela forma como nós estamos vivendo hoje, com as consequências desta pandemia.

O Sistema Nacional de Educação, do qual sou Relator, com muito orgulho e com muita honra, trará importantes avanços para a educação pública do País, ampliando os investimentos e aumentando, certamente, a qualidade do ensino público no País.

É impressionante a importância da educação brasileira no Brasil. Se não, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhores convidados: no Brasil, nós temos, hoje, cerca de 184 mil escolas, sendo que 78% delas são da rede pública. Temos 48 milhões de matrículas, sendo 82% delas da rede pública. São dados extremamente importantes. Somos 2,5 milhões de professores, sendo que 77% deles da rede pública.

E um dos grandes problemas, um dos maiores problemas, dos tantos problemas que nós ainda temos na educação, que foi mencionado aqui, é a falta de estrutura. Eu trago aqui alguns dados que considero muito importantes de milhares de escolas espalhadas por este Brasil inteiro: 26% das escolas não fornecem água tratada, 5% não têm ligação pública de energia elétrica, 59% das escolas públicas não possuem ligação de esgoto com a rede pública, 70% das nossas escolas não possuem biblioteca e 33% ainda não possuem internet.

Para superar esse grande problema, Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhores convidados, é preciso investir nos dois grandes pilares do desenvolvimento: primeiro, o povo brasileiro e, segundo, a educação. Só assim conseguiremos passar por esta crise e encontrar um futuro melhor.



Então, eu quero dizer que a função principal do Sistema Nacional de Educação é cumprir o Plano Nacional de Educação, e, em segundo lugar, estabelecer um sistema compartilhado entre os entes federados, com metas e objetivos comuns que possam melhorar a qualidade de ensino, que possam valorizar mais o professor. O professor exerce uma profissão, Presidente, que é a profissão das profissões e, portanto, merece todo o nosso apoio e todo o nosso respeito.

Por isso, acho que a nossa sessão foi muito produtiva. Nós já estamos no quarto relatório. A ideia é esgotar todas as discussões, buscando, sobretudo, sempre o entendimento, porque de nada vai nos adiantar nós aprovarmos um projeto de lei que não venha a contemplar os interesses da sociedade brasileira, que é ampla e difusa, e nós precisamos fazer todo o esforço neste sentido.

Portanto, quero agradecer a V. Exa., Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, que é o autor dessa proposição, um dos mais respeitados Senadores da República e um dos maiores defensores da educação que nós temos no Senado Federal. A minha homenagem ao Senador Flávio Arns. Foi uma honra para mim ser Presidente da Comissão de Educação e ter o Senador Flávio Arns como Vice-Presidente da Comissão e também como Relator do Fundeb.

Então, quero cumprimentar o Senador Izalci, um defensor da educação, um guerreiro, sempre pronto para o combate, nesse sentido de encontrar o melhor caminho para a educação brasileira.

Quero cumprimentar o Senador Jean Paul Prates, essa ilustre figura, esse grande líder, que já conquistou o seu espaço no Senado Federal, com seus pronunciamentos, com suas posições coerentes e com sua capacidade de respeitar os amigos e fazer os acordos necessários para que os projetos possam avançar. A minha homenagem a V. Exa.

A minha homenagem também aos nossos convidados: Prof. Daniel Cara, do direito à educação; Prof. Marcelo Ferreira da Costa, da Undime; Prof. Lucas Fernandes, do Todos pela Educação; Prof. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, da CNTE; Profa. Rozana Barroso, da União dos Estudantes Secundaristas; Prof. Helber Ricardo Vieira, do MEC; Prof. Manoel Humberto Gonzaga Lima, do Fórum Nacional de Educação.

E me permitam fazer uma homenagem especial ao Prof. Osvaldir Ramos, catarinense, um dos professores e dirigentes de educação mais conceituados de Santa Catarina e do Brasil. Trouxe uma grande contribuição, trouxe um relevo especial ao nosso quarto relatório que nós vamos apresentar. Portanto, na pessoa do Prof. Osvaldir Ramos, eu quero homenagear todos os professores catarinenses, todos os educadores catarinenses e todos os educadores brasileiros.

Quero cumprimentar o Prof. Luiz Fernandes Dourado, professor emérito da Universidade de Goiás, e também o Prof. Romualdo Luiz Portela de Oliveira.

Homenageando todos esses companheiros e convidados, recebo, com muita alegria, as contribuições, esperando poder contribuir para a elaboração de um relatório, de um parecer que possa vir ao encontro dos interesses da educação brasileira.

Muito obrigado mesmo. Muito obrigado, Presidente. Vamos à luta, porque a educação representa o nosso futuro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Não havendo mais inscritos, eu quero aqui aproveitar para agradecer a contribuição que todos trouxeram nesta manhã, neste dia tão importante, desta sessão temática, em que estamos discutindo aqui o futuro da nossa educação, o que significa dizer o futuro do nosso País.

As contribuições foram relevantes. E, com certeza, o Senador Dário Berger fará bom uso delas para fazer, como ele já disse, o seu quarto relatório.



E que a gente possa lutar para aprovar, em sintonia com a Câmara, aprovando aqui, para poder ser aprovado na Câmara também, e a gente dotar o nosso País desse instrumento tão importante, o Sistema Nacional de Educação, com que todos nós estamos de acordo e temos como meta prioritária nossa, da Comissão de Educação de 2021, juntamente com a Comissão de Educação da Câmara, a gente aprovar o nosso tão querido e desejado SNE.

Cumprida a finalidade desta sessão, então, a Presidência declara o seu encerramento, agradecendo a todos.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 16 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação



SF/21077-25872-68



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 60/21-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2021.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **TASSO JEREISSATI** para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados, em substituição ao Senador **IZALCI LUCAS**.

Desde já, agradeço.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "IZALCI LUCAS".

Senador **IZALCI LUCAS**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal



Despacho



A Presidência defere, em caráter excepcional, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes requerimentos, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participação em missões oficiais:

- 269/2021, do Senador Fabiano Contarato, para participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-26, no período de 05 a 13, de novembro de 2021, em Glasgow, Escócia;
- 270/2021, do Senador Jaques Wagner, para participar do Congresso Internacional ICCF e jantar de Premiação da Liderança em Conservação no Willard Intercontinental, no período de 20 a 22 de setembro de 2021, em Washington DC, EUA;
- 272/2021, do Senador Nelsinho Trad, para participar do Congresso Internacional ICCF e jantar de Premiação da Liderança em Conservação no Willard Intercontinental, no período de 19 a 23 de setembro de 2021 em Washington DC, EUA; e
- 276/2021, do Senador Nelsinho Trad para integrar a Comitiva Oficial do Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão na viagem de Chefes de Missão Diplomática à Amazônia Oriental - Conselho da Amazônia Legal, no período de 08 a 10 de setembro de 2021, em Carajás, Altamira e Belém, no Estado do Pará.

Os referidos Senadores comunicam, nos termos do art. 39, I, que estarão ausentes do País nos períodos de 05 a 13 de novembro de



2021; de 18 a 27 de setembro de 2021; de 19 a 24 de setembro de 2021,
respectivamente.



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 57, DE 2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde a criação de serviço de atendimento psicológico especializado às vítimas de acidentes de trânsito e seus familiares no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS).

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

INDICAÇÃO Nº , DE 2021

SF/21748.826663-40

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde a criação de serviço de atendimento psicológico especializado às vítimas de acidentes de trânsito e seus familiares no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS)

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação de serviços de atendimento psicológico especializado às vítimas de acidentes de trânsito, bem como aos seus familiares, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS).

JUSTIFICAÇÃO

Os acidentes de trânsito destacam-se como importantes problemas de saúde pública, sendo responsáveis por grande número de mortes violentas, bem como por lesões e sequelas físicas e psicossociais. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os acidentes de trânsito estão entre as dez principais causas de mortes em todo mundo.

O Brasil, quando comparado aos países desenvolvidos, apresenta altos índices de acidentes e ocupa a quarta posição entre as nações com mais mortes de trânsito, de acordo com estudo da Organização Mundial da Saúde, publicado em 2019, ficando atrás apenas da China, Índia e Nigéria. Em 2019, segundo o Ministério da Saúde, foram registrados 31.307 óbitos. As vítimas fatais de acidentes de trânsito são, em sua maioria, homens com idade entre 20 e 49 anos.





SF21748.826663-40

Além dos aspectos econômicos, entre os quais se incluem as despesas hospitalares, existem outros custos mais difíceis de serem quantificados nesses acidentes, como dor, sofrimento e estresse pós-traumático.

O atendimento às vítimas de acidentes de trânsito abrange ações relativas à assistência, à recuperação e à reabilitação. No entanto, a oferta de ajuda psicológica para enfrentar o trauma ocasionado pela violência no trânsito ainda é escassa, apesar de ser extremamente necessária.

Nesse sentido, surgiram algumas iniciativas, ainda localizadas, como a do Estado do Espírito Santo, que passaram a oferecer assistência psicológica às vítimas ou pessoas que perderam familiares ou amigos em acidentes de trânsito.

Sugerimos, portanto, que esse tipo de serviço seja adotado em âmbito nacional e integrado à Rede de Atenção Psicossocial do SUS. Além de acolher as vítimas, acreditamos que esse trabalho poderá servir para conscientizar a população sobre a importância e as consequências dos acidentes de trânsito.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 17, DE 2019 (FASE 3)

Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

INICIATIVA: Senador Eduardo Gomes e outros Senadores



[Página da matéria](#)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso LXXIX:

"Art. 5º

.....
LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

....." (NR)

Art. 2º O *caput* do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVI:

"Art. 21.

.....
XXVI - organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei." (NR)

Art. 3º O *caput* do art. 22 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXX:

"Art. 22.

.....
XXX - proteção e tratamento de dados pessoais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

....." (NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 31 de agosto de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 1.110/2021/SGM-P

Brasília, 31 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PEC para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019, do Senado Federal, que “Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais”.

Atenciosamente,



ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 90782 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 5º
- artigo 21
- artigo 22
- parágrafo 3º do artigo 60



- Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.*

A Proposta refere-se ao Substitutivo aprovado por aquela Casa à Proposta de iniciativa do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores.

A matéria seguirá o disposto no art. 367, do Regimento Interno do Senado Federal.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 2017, DE 2021

Voto de aplauso à associação civil Socorro aos Necessitados.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à associação civil Socorro aos Necessitados, pelos 100 completados no dia 21 de setembro de 2021. A entidade de caráter filantrópico, com fins não econômicos, foi fundada em 21 de setembro de 1921 por um grupo de pessoas sensibilizadas com a necessidade dos mais carentes na cidade de Curitiba, sendo dedicada exclusivamente ao acolhimento em regime integral com moradia permanente de idosos acima de 60 anos, os quais não possuem autonomia financeira para manutenção de sua sobrevivência ou estão em situação de abandono ou negligência. A instituição é mantenedora do Lar dos Idosos Recanto do Tarumã (atendendo 100 idosos) e do Centro Dia de Atenção à Pessoa Idosa (suspenso temporariamente). Hoje, a Socorro aos Necessitados consolida-se como uma das instituições mais tradicionais do Paraná. Por essa razão, solicitamos a aprovação do presente voto de aplauso à instituição, em homenagem aos 100 anos da dedicação de serviços assistenciais prestados à sociedade.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2021.

**Senador Flávio Arns
(PODEMOS - PR)**



SF21943-52740-50 (LexEdit)

RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Veneziano Vital do Rêgo, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 25, DE 2021

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de sustentabilidade fiscal, econômica, social e ambiental do Estado do Amazonas – PRO-SUSTENTÁVEL”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Amazonas;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sujeitos ao Sistema de Amortização Constante (SAC);

V – juros: taxa **Libor** de 6 (seis) meses mais **spread** fixo a ser determinada periodicamente pelo Bird;

VI – juros de mora: acréscimo de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) à taxa de juros em caso de mora;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), aplicada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;



IX – comissão de abertura (**front-end fee**): 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), aplicada sobre o montante do empréstimo;

X – sobretaxa de exposição (**exposure surcharge**): 0,5% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), aplicada sobre o montante que exceder o limite de exposição do país e calculada diariamente, nos termos do contrato;

XI – prazo de amortização: 156 (cento e cinquenta e seis) meses, após carência de 42 (quarenta e dois) meses;

XII – contrapartida: não há.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e a data do desembolso previsto poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Amazonas na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Amazonas celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Estado do Amazonas quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2021.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 6

REQ nº 00268/2021	Confúcio Moura	RISF Art. 13	12/08/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00271/2021	Nilda Gondim	RISF Art. 13	31/08/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00273/2021	Marcio Bittar	RISF Art. 13	31/08/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00274/2021	Eduardo Gomes	RISF Art. 13	31/08/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00275/2021	Irajá	RISF Art. 13	31/08/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00277/2021	Telmário Mota	RISF Art. 13	De 01/09/2021 a 03/09/2021	Atividade parlamentar.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
PATRIOTA - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Aníbal* (S)
Bloco-MDB - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-CIDADANIA - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-16 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-1

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Aníbal.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

PDT/CIDADANIA/REDE - 8

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PDT/CIDADANIA/REDE.	8
PATRIOTA.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-GO)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	José Aníbal* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (CIDADANIA-DF)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (MDB-SP)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24 <p>Líder Mailza Gomes - PP (55)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 16 Eduardo Braga (20,45)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (46)</p> <p>Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75)</p> <p>Luis Carlos Heinze (43)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)</p>	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17 <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p>Soraya Thronicke (31,70)</p> <p>Flávio Arns (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66)</p> <p>Eduardo Girão (14,67)</p> <p>Styvenson Valentim (68)</p> <p>Líder do PSDB - 7 Izalci Lucas (22,24,37,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58)</p> <p>Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p>Líder do PSL - 1 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p>	PSD - 11 <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (48)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (54)</p> <p>Carlos Fávaro (53)</p>
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11 <p>Líder Wellington Fagundes - PL (9)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40,76)</p> <p>Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (42)</p> <p>Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40,76)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p>	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 <p>Líder Zenaide Maia - PROS (44)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,50)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)</p>	CIDADANIA - 3 <p>Líder Alessandro Vieira - CIDADANIA (41)</p> <p>PDT - 3 <p>Líder Cid Gomes - PDT (61)</p> </p>
PATRIOTA - 1 <p>Líder Flávio Bolsonaro - PATRIOTA (74)</p>	Maoria <p>Líder Renan Calheiros - MDB (52)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	Minoria <p>Líder Jean Paul Prates - PT (47)</p>
Governo <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30)</p> <p>Elmano Férrer (26,75)</p> <p>Carlos Viana (38)</p> <p>Jorginho Mello (3,11,40,76)</p>	Oposição <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	Bancada Feminina <p>Líder Simone Tebet - MDB (72)</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n)
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n)
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA)
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1º Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolph Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolph Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valente foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).



72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.

RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

Prazo final prorrogado: 10/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,19)	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,16,19)	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	1. VAGO (9)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar (3) (11)	1. Senador Nelsinho Trad (3) 2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (8)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (11,12)

Notas:

1. Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
2. Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
3. Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
4. Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
5. Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
6. Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
7. Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
8. Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
9. Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).



10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).
11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLESENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva

Telefone(s): 61 3303 3508



**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR
AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.**

Finalidade: Averigar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.**

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)	1. 2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (2,7,8,9)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO (5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso (3)	1. Senador Irajá (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) (1)	
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (1)	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP).
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (2)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4) (7,10)	1. 2. (7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) (1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,11)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (6)	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (6)	

Notas:

- *. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.
- 1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
- 2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
- 3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
- 4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
- 5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).
- 6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
- 7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))

10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))

11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3) CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



4) CPI DA PANDEMIA

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/04/2021

Instalação: 27/04/2021

Prazo final: 07/08/2021

Prazo final prorrogado: 05/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(2,13,14,15,16,19)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(2,13,14,15,16,19)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽³⁾	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,17,18,20,21,22)	
PSD	
Senador Omar Aziz (AM) ⁽⁵⁾	1. Senador Angelo Coronel (BA) ⁽⁵⁾
Senador Otto Alencar (BA) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,12)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁹⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽¹⁰⁾

Notas:

- * Em 14.07.2021, o prazo da CPI fica prorrogado por mais 90 dias (Requerimento nº 1.793, de 2021)
- 1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).
- 2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).
- 3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).
- 4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021 -GLPSDB).



5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).
6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titulare; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).
13. Em 04.06.2021, o Senador Luis Carlos Hein foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLDPP).
14. Em 14.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLDPP).
15. Em 28.06.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira , membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLDPP).
16. Em 05.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLDPP).
17. Em 08.07.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLPSDB).
18. Em 13.07.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 50/2021-GLPSDB).
19. Em 27.07.2021, o Senador Luis Carlos Heize foi designado membro titular; e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição aos Senadores Ciro Nogueira e Luis Carlos Heize, respectivamente (Of. nº 34/2021-GLDPP).
20. Em 26.08.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 56/2021 -GLPSDB).
21. Em 26.08.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Izalci Lucas, para compor a comissão (Of. 57/2021 -GLPSDB).
22. Em 02.09.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 59/2021 -GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno

Telefone(s): 3303-3490



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (8,18,54,57,72)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72)	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57,72)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,42,44,54,65,72)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57,72)	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72)	5. VAGO (9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (4,57,59,72)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59,72)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (12,51,69,70)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (12,51,53)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12,51)	3. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,50,53,71)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia (2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. Senador Carlos Viana (2,25,49)
Senador Irajá (61)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,47)	1. VAGO (15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (56,58)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))

12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))



11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olímpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPI).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSD).
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS).
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB).



Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (51,53,54)	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (5,35)	3. VAGO (5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) (49)	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão (1,34)	1. Senador Nelsinho Trad (1,34)
Senador Lucas Barreto (1,34)	2. Senador Irajá (1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel (12,34)	3. Senador Otto Alencar (16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (2)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (2)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (43)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (43,44)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (43)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,26,27,43)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 79)	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 139)	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). (DSF de 14/03/2019, p. 103)	
4. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 142)	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverso e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 176)	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). (DSF de 14/02/2019, p. 77)	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 123)	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 122)	
9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 171)	



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valenteim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valenteim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolph Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMPSD).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).



47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentin (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentin, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,112)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,112)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (94,108,109)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87,110,111)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,105)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (14,43,78,99,102,105,106)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,54,83)	1. Senador Nelsinho Trad (2,83,113)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100)
Senador Vanderlan Cardoso (97)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁰⁷⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,95,98,104)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (22,23,48,49,88)	3. VAGO (21,24,88,104)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Aroldo de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1^a e a 3^a suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovídio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovídio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Orio Visto Guimarães permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Orio Visto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Orio Visto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Orio Visto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1º, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-BLPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permudaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permudaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).
107. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
108. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
109. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
110. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.



111. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB).

112. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB).

113. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,44)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,44)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,44)	4. VAGO (14)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8,44,46)	5. VAGO (21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (9)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (48)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (48)
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (11,42)	5. VAGO (12,37,41)
VAGO (55,57)	6. VAGO (19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad (1,40)
Senador Carlos Viana (1,20,40)	2. Senador Otto Alencar (1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso (1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão (1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Romário (PL-RJ) (18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (47)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (25,47,56)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (47)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (47)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permутam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).



43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (16,17,37,43,46)
VAGO (10,23,27,29,35,42)	3. VAGO (17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (53)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,40)	1. Senador Izalcí Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro (2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso (2,21,38,54)
Senador Otto Alencar (2,38)	2. Senador Carlos Viana (2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparto foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olímpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolph Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP).
54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (1)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (1)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)

Notas:

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (9,13,49)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (24,32)	5. VAGO (29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá (1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Fávaro (1,2,45,60)
VAGO (1)	2. VAGO (1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (23)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (21,39,53,59)	2. Senador Romário (PL-RJ) (57)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,48)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
VAGO (3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,51,52)	2. VAGO (19)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
22. Em 13.08.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
42. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).



49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG).
60. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
VAGO (1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,42)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
Senador Carlos Viana (46)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (48,56)
Senador Randoife Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)
Notas:	
*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 87)	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)	
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 14)	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 148)	
8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 124)	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 125)	



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolph Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (8)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) (11,47)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (16)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (46)	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (46)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (MDB-SP) (5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,36) (18,20)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,24,36,45) 4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (35)
VAGO (18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro (2,34,44,48)
Senador Carlos Viana (2,34)	2. Senador Otto Alencar (2,34)
Senador Lucas Barreto (2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso (2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (40)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (41)
Senador Weverton (PDT-MA) (41)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Ferrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (OF. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permudaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).



46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5,13,23,41)	3. VAGO (14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (43,44)	4. VAGO (19)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (39)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,32)	1. Senador Irajá (2,32)
Senador Carlos Fávaro (2,32)	2. Senador Nelsinho Trad (2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,38)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,44,46)
VAGO (8,32,44)	3. VAGO (13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (45)	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (44)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. VAGO (5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) (16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (35)
PSD	
Senador Carlos Fávaro (1,23,26,33)	1. Senador Irajá (1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão (1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad (1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,29,39)
VAGO (2)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (39)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))



13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSD).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSD).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9,40,42)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6,27)	3. VAGO (9)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (42)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38) (18,26)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,37)	3. VAGO (19,33,38)
	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,30,31,32,36)	1. Senador Nelsinho Trad (2,3,36)
Senador Vanderlan Cardoso (2,3,36)	2. Senador Carlos Viana (2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (22)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (35)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (21,41)	2. VAGO (41,45)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). (DSF de 14/02/2019, p. 188)	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 81)	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 92)	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 102)	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 150)	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 126)	
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 138)	
11. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). (DSF de 20/02/2019, p. 103)	



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olímpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)VICE-PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽²²⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- 13. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- 14. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- 15. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- 16. Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- 17. Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- 18. Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA).
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴¹⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 89)	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 99)	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 152)	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 133)	
6. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
7. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). (DSF de 15/02/2019, p. 80)	
8. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). (DSF de 21/02/2019, p. 94)	
9. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). (DSF de 28/02/2019, p. 111)	
10. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). (DSF de 13/03/2019, p. 102)	
11. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). (DSF de 21/03/2019, p. 96)	



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.
Notas:	
1. Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).	
2. Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).	
3. Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).	
4. Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).	
5. Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).	
6. Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).	
7. Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).	
8. Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).	
9. Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).	
10. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).	
11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).	



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO (1)	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO (5)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODR, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

